

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo quer mesmo zerar o déficit em 2024 - CLAUDIA SAFATLE 3

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo estuda alíquota entre 17% e 20% para compra internacional de até US\$ 50 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Exclusão do PIS/Cofins sobre subvenções - OPINIÃO JURÍDICA 7

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

BB manterá expansão da carteira de crédito 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Lula reclama do centrão e vê uso de votação por reforma ministerial 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Lira dá sinais de que reforma ministerial avança nos bastidores 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Zema reitera fala sobre reação do Sudeste e Sul ao Nordeste 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária: Itamaraty pede isenção para missões diplomáticas 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"O PAC é como qualquer remédio. Quando é demais, faz mal" 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Exceções não anulam potência de reforma, mas ampliação é risco 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda discorda de regime específico para turismo 23

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Risco fiscal nos EUA pressiona ativos 24

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo vai propor redução do IR de pessoa jurídica na próxima etapa da reforma tributária,
diz secretário 25

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Iminente entrada no governo Lula divide Republicanos, com ameaça de saída de Tarcísio
..... 27

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Zema repete discurso de separatistas paulistas de 1932, diz historiadora americana	29
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo amarra a Petrobras (Editorial)	33
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Consórcio Norte/Nordeste já "lucrou" R\$ 123 bi, mas desigualdade persiste	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Fazenda discutirá com AGU "despedalada" de precatórios	36
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Corte ameaça estratégia de Lula, alerta Itamaraty	38
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Deflação acrescenta riscos para o crescimento chinês (Editorial)	39

Governo quer mesmo zerar o déficit em 2024

- CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

Fontes do Ministério da Fazenda garantiram que o governo mantém a meta de zerar o déficit primário em 2024; e sustentaram que não vai haver mensagem modificativa estabelecendo qualquer condicionante na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao cumprimento da meta.

São muitas as dúvidas e incertezas, porém, em relação ao Orçamento do próximo ano.

A começar pelo fato de que, não tendo sido ainda aprovada a lei do arcabouço fiscal, ele terá que ser elaborado com base na lei do teto de gasto ou não? A ideia no Ministério do Planejamento é que o Orçamento, que tem que ser enviado ao Congresso até o fim deste mês, seja elaborado com base no arcabouço que foi aprovado pelo Senado, caso não seja aprovada a tempo, pela Câmara, a lei que define um conjunto de regras fiscais.

O governo pretende descontar, também, cerca de R\$ 5 bilhões em gastos de investimentos de empresas estatais que estão listados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que deverá ser anunciado hoje. Pelo menos esse pedido foi objeto de uma mensagem modificativa ao projeto de LDO assinada pelo presidente Lula.

Apesar de ser uma pequena quantia frente ao tamanho do Orçamento, trata-se de uma má ideia resgatada do passado do governo do PT. Lula lançou mão de uma prática semelhante durante o seu segundo mandato, como forma de reduzir o gasto total e, assim, cumprir a meta fiscal, sob o argumento de que investimentos em obras, assim como dotações para saúde e educação, não são gastos. Tudo começou como uma fração do PAC e foi crescendo até atingir a praticamente sua totalidade.

Desta vez, no entanto, fontes oficiais suspeitam que pelo pequeno tamanho da despesa a ser descontada, "não seja para ajudar, mas para não atrapalhar mais" a meta de zeragem do déficit primário.

Assim, comprometeu-se a credibilidade nos resultados das contas públicas. Por mais mérito que tenha uma despesa, ela continua sendo gasto e afeta o resultado da dívida pública, que é, em última instância, o que

importa. Vem à mente expressões como "contabilidade criativa", fartamente utilizada no período de "pedaladas" que culminou com o processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

O déficit estimado para o ano que vem é da ordem de R\$ 130 bilhões, aí já considerado o impacto, ainda que parcial, da nova política de valorização do salário mínimo. Como no passado, o mínimo será reajustado pela variação da **inflação** mais a performance do **PIB** de dois anos antes. Para o próximo exercício, o valor do salário mínimo será de R\$ 1.421.

Além do pacote de medidas enviado ao Congresso em janeiro, um outro conjunto de providências será enviado em breve, para reforçar as receitas do ano que vem. No primeiro grupo constam o retorno do voto de desempate do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, a regulamentação de apostas esportivas e a tributação de rendimentos auferidos por brasileiros no exterior. Medidas que, em conjunto, devem render cerca de R\$ 55 bilhões.

Dentre as medidas que serão enviadas junto com o projeto de lei do orçamento, constam mudanças no Juro sobre Capital Próprio (JCP, uma maneira de remunerar acionistas pagando menos **impostos**) e o projeto de lei para tributar os fundos de investimentos exclusivos (voltados para os muito ricos).

Desde a gestão de Dilma, as contas do governo federal registram déficit primário. No ano passado houve um superávit pontual. Para este ano, há um déficit esperado de R\$ 145,4 bilhões nas contas do governo central, equivalente a 1,4 % do **PIB**, segundo o mais recente relatório bimestral de receitas e despesas.

Já se sabia que a meta fiscal para 2024 seria ambiciosa, sobretudo porque depende fundamentalmente de aumento das receitas. O governo optou por fazer prognósticos otimistas de arrecadação, mesmo sabendo que o problema das contas públicas está na trajetória crescente da despesa.

Há, como hipótese alternativa, uma carta na manga caso dê tudo errado no ano que vem: o governo poderá propor uma nova rodada de negociação no âmbito do programa de transação tributária, por meio

do qual se reduz multas e juros de débitos em discussão para que devedores do fisco quitem suas dívidas. Só no **Carf** há contenciosos que somam cerca de R\$ 1,5 trilhão.

Interlocutores do governo avaliam que as chances de sucesso do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na aprovação de medidas de ampliação das receitas estão ligadas ao desfecho das negociações de Lula com o Centrão, para acomodar siglas como PP e Republicanos no primeiro escalão do governo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187628?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187628?page=1§ion=1)**

Governo estuda alíquota entre 17% e 20% para compra internacional de até US\$ 50

Adriana Mattos

O Ministério da Fazenda estuda mexer, ainda neste ano, na alíquota de imposto de importação sobre as remessas internacionais de baixo valor (até US\$ 50, equivalente a R\$ 240). Segundo apurou o Valor com três fontes a par do assunto, a alíquota pode, inicialmente, ficar entre 17% e 20% sobre o total da compra.

Desde 1o de agosto, essa alíquota de importação é zero para as empresas de comércio eletrônico que aderirem ao programa Remessa Conforme, que permite um trâmite mais rápido no desembaraço de mercadorias. A isenção foi definida na portaria 612 do Ministério da Fazenda, de 29 de junho. Para quem não está no programa, o imposto em vigor para compras internacionais é de 60%.

A cobrança em estudo, de 17% a 20% para compras de até US\$ 50, seria instituída para as remessas feitas dentro do Remessa Conforme.

Com adesão voluntária, o programa foi criado para disciplinar e aumentar as fiscalizações e controles sobre o envio de produtos estrangeiros ao país. Muitas mercadorias acabavam entrando sem pagamento de imposto, em fraudes nas quais o vendedor on-line se passava por pessoa física para não pagar o tributo previsto para o comércio eletrônico. Com a alíquota zero em um primeiro momento, a ideia é incentivar a adesão ao programa.

O Valor apurou que o que se discute no governo agora é iniciar a cobrança da alíquota entre 17% e 20% entre fim de setembro e outubro.

A depender da reação da opinião pública, essa taxa pode subir em etapas, de maneira a tentar buscar um maior equilíbrio entre a carga fiscal paga pelo varejo local e pelas plataformas de venda on-line estrangeiras. Até dezembro, haveria uma nova elevação, caso exista ambiente político para isso.

A questão ainda não está decidida, mas já é tópico de conversas avançadas dentro do ministério e nos contatos recentes entre redes de varejo e o ministro Fernando Haddad, segundo o Valor apurou.

Procurada para comentar, a Fazenda informa que

"prosseguem as negociações, sob o comando do ministério, quanto a futuros ajustes na alíquota federal". A definição de uma nova alíquota é uma demanda das varejistas locais e da indústria nacional, que têm criticado duramente a isenção de imposto, defendendo a necessidade de isonomia tributária entre as empresas locais e as plataformas estrangeiras.

Haddad já havia acenado, no fim de maio, com a possibilidade de uma isenção apenas temporária, e a criação de uma alíquota intermediária - entre o imposto zerado e a taxa de 60%, cobrada até então. Isso seria definido após ouvir varejistas nacionais e plataformas, e esses contatos já vêm ocorrendo há semanas. Mas não havia clareza sobre esse percentual, e como isso seria implementado.

Ainda será mantida a cobrança do ICMS de 17%, já definida pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) com os Estados, conforme o ministério já anunciou. A nova alíquota de importação se "somaria" ao ICMS, sendo ambos cobrados sobre o valor final da remessa.

Nesta quinta-feira, a Secretaria Especial de Comunicação Social do governo federal publicou mensagem no Twitter destacando que "a isenção de **impostos** federais para compras internacionais de até 50 dólares está mantida", e observou que as compras "estão sujeitas a **impostos** estaduais, com alíquota de 17%". No fim da tarde, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou, em entrevista à GloboNews, que em um segundo momento, o governo vai rever a isenção de imposto de importação às compras feitas nos marketplaces estrangeiros que vierem a aderir ao programa Remessa Conforme, para garantir isonomia com o varejo nacional.

"Empresas já nos sugeriram 20% de imposto de importação federal, e evidentemente o varejo brasileiro, as empresas brasileiras têm reclamado dizendo que querem isonomia no tratamento tributário, e o que o ministério tem dito é vai haver isonomia no tratamento tributário", afirmou.

"Em um segundo momento, a gente vai sim rever a tributação pra que haja isonomia entre o varejo brasileiro e o e-commerce." O Valor antecipou, em reportagem em julho, que Haddad trabalha com a ideia

de ter uma alíquota até o fim do ano e pediu algum tempo às redes e indústrias locais para que o Remessa Conforme ganhasse tração, antes de bater o martelo em torno de um novo percentual, o que depende de apoio político.

Essa ideia de ganhar tempo ainda tem a ver com a própria evolução do Remessa Conforme.

Receita Federal e Correios precisam aumentar a base de dados das remessas feitas ao país para aprimorar o sistema de fiscalização, na tentativa de combater as fraudes na importação por parte de lojistas estrangeiros, principalmente da China, um dos maiores objetivos do programa.

Haddad é favorável à cobrança, mas enfrenta resistências dentro do governo, inclusive do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como o Valor já informou.

Segundo estudo do IDV, principal instituto do varejo nacional, que lidera essas discussões no setor, se as remessas internacionais de baixo valor tivesse sido corretamente tributadas em 60%, a arrecadação federal teria atingido R\$ 40,7 bilhões em 2022, com base nos dados do Banco Central. Isso é quase o dobro dos R\$ 18 bilhões projetados em 2021.

Em 2022, foram 176 milhões de remessas postais e apenas 1,9% tinham a declaração de importação, com **impostos** pagos.

A cobrança do imposto de importação ocorre em operações de venda de produtos de empresas estrangeiras, como lojistas asiáticos, para consumidores no Brasil.

Essa cobrança é paga pelo consumidor no ato da compra, e não pela plataforma on-line.

O Valor apurou que o varejo entende que uma alíquota aceitável seria em torno de 40%, que se somaria aos 17% de ICMS, mas vem crescendo um entendimento entre líderes do setor que pode ser preciso flexibilizar um pouco esse número, para se chegar a um acordo. Já os marketplaces internacionais entendem que mesmo os 17% do ICMS torna a importação pouco competitiva.

A asiática Shein teria apresentado à Fazenda, dias atrás, a sua posição sobre uma nova alíquota, inferior à proposta dos varejistas nacionais, diz uma fonte.

Procurada, a Shein não quis comentar o assunto.

Em abril, o governo chegou a anunciar o fim da isenção de imposto já fez a solicitação para habilitação no início de agosto. AliExpress, do grupo Alibaba,

também solicitou a adesão.

Caso seja definida uma alíquota nova, as plataformas terão que cobrar o seu pagamento para continuar usufruindo dos benefícios do programa, como a nacionalização antecipada da remessa, e despacho mais acelerado de mercadorias pela **Receita Federal**.

Mas as companhias podem deixar o programa, já que a adesão é voluntária. Neste caso, as plataformas voltariam ao modelo anterior de cobrança, com imposto de importação de 60% mais ICMS de 17%. Ou seja, se o governo definir uma alíquota inicial de até 20%, ela pode ser mais interessante aos grupos estrangeiros do os 60% cobrados daqueles fora do programa.

Neste momento, na prática, consumidores que fazem as suas compras nos sites e aplicativos das plataformas estrangeiras não usufruem da isenção, apesar da publicação da portaria em junho.

Isso acontece porque as plataformas precisam solicitar a adesão ao programa Remessa Conforme a partir deste mês, junto ao Fisco, e aguardar a certificação, para, então, obter um selo e o cliente poder usufruir do direito.

Como as habilitações ainda não foram concedidas, nada mudou e os consumidores continuam pagando imposto de importação de 60% nos envios de produtos de empresas estrangeiras às pessoas físicas.

(Colaborou Jéssica Sant"Ana, de Brasília)

*

Desde 1o de agosto, essa alíquota é zero para as empresas que aderirem ao programa "

Remessa Conforme"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187628>

Exclusão do PIS/Cofins sobre subvenções - OPINIÃO JURÍDICA

Leandro Ferreira é sócio no Ferreira & Vuono Advogados, pós-graduado em Direito Tributário

No ambiente legislativo brasileiro, há anos os Estados da Federação vivem um cenário complexo que envolve a chamada guerra fiscal. Basicamente, os Estados e Distrito Federal buscam atrair investimentos para sua região a partir, principalmente, de incentivos fiscais - sobretudo por meio daqueles relacionados ao ICMS.

Naturalmente, esse contexto levanta muitas questões de debate acerca das diversas normas estabelecidas pelo sistema tributário vigente no país, inclusive relacionados à repercussão dos benefícios em outros **tributos**. Uma delas, que é assunto de uma batalha recente no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e do Poder Judiciário, refere-se ao conceito de subvenções governamentais, para fins de incidência do IRPJ e CSLL.

As subvenções, sob a ótica do sistema tributário, representam concessão de benefícios ou renúncias fiscais por parte do poder público, destinadas ao contribuinte, normalmente concedidas com o objetivo de incentivar o desenvolvimento econômico em determinada região ou de um setor/ramo específico.

Juridicamente, esses tipos de incentivo são caracterizados como "subvenção para custeio" ou "subvenção para investimento", que de forma simplificada podem ser classificados como sendo o primeiro voltado para compensar prejuízos e o segundo para a aplicação de recursos na expansão da atividade empresarial, aquisição de maquinários, desenvolvimento de novas atividades e outras finalidades de mesma natureza.

Ocorre que tais benefícios, de ordem estadual, não eram excepcionalizados pela União Federal para efeitos tributários, ou seja, sobre eles permanece a incidência dos **tributos** federais, tais como IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Felizmente a legislação (LC nº 160/17) e jurisprudência acerca do IRPJ e CSLL avançaram para reconhecer a não incidência desses **tributos** sobre subvenções de ICMS. Por outro lado, com relação ao PIS e Cofins, a controvérsia é de menor grau, pois a Lei nº 12.973/14 foi clara ao determinar que, nas

apurações do PIS e da Cofins, "não integram a base de cálculo as receitas de subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de **impostos**, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e de doações feitas pelo poder público".

Assim, o ponto central dessa discussão é voltado às exigências e recomendações para que a subvenção aproveitada não seja classificada como subvenção de custeio pela administração, mas sim subvenção de investimento, merecendo o afastamento dos **tributos** federais IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Em 2017, a partir da publicação da Lei Complementar nº 160 e da decorrente alteração do artigo 30 da Lei nº 12.973/2015, dispôs-se que "consideram-se como subvenções para investimento os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiros-fiscais relativos ao ICMS concedidos por estados e pelo Distrito Federal".

Com isso, disseminou-se, entre especialistas, a defesa da ideia de que benefícios fiscais, em geral, poderiam ser considerados como uma subvenção para investimentos e, assim, excluídos dos cálculos de IRPJ e da base de cálculo da CSLL, bem como, por extensão, do PIS e da Cofins.

Quanto a essa temática, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) possui o entendimento de que créditos de ICMS concedidos nas federações não devem estar na base de cálculo dos **tributos** (IRPJ, CSLL), já que a tributação de um incentivo fiscal oferecido por um Estado-membro equivaleria à retirada do próprio incentivo.

Quanto ao PIS e Cofins, especificamente, podemos entender que as subvenções para investimento não devem ser oneradas em suas respectivas bases, já que não representam receita. Esse entendimento, aliás, está presente na Lei nº 12.973/14, conclusiva acerca da não tributação nas apurações dessas contribuições, a partir de alterações nas leis nº 10.637/02 para o PIS e nº 10.833/03 para Cofins.

Vemos, então, que as exigências para não incidência do PIS e da Cofins sobre a fruição de subvenções de investimento, relativas ao ICMS, especialmente após a fixação de conceito do instituto pela LC nº 160/17, são menos complexas que àquelas impostas ao IR e

CSLL, embora sempre se recomende cautela no tratamento e segregação contábil-fiscal destes valores.

É importante destacar, por fim, que solução de consulta da **Receita Federal** admite a não incidência do PIS e Cofins sobre subvenções, desde que se trate de subvenções para investimento. A classificação de uma subvenção como de investimento tem respaldo nos parágrafos 4º e 5º do artigo 30 da Lei nº 12.973 de 2014, permitindo classificar nessa categoria toda forma de benefício do ICMS (isenção, crédito presumido, base reduzida). Todavia, vem também sendo objeto de análise recorrente no Judiciário, em especial em razão da busca pelo afastamento da tributação de IRPJ e CSLL, cuja legislação é mais restrita, sobre esses benefícios.

Já para o PIS e a Cofins, a legislação não traz determinadas exigências, razão pela qual a própria Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) dispensou o registro das subvenções em reservas de incentivos fiscais.

Mesmo diante desse posicionamento, é certo que ainda iremos observar relevante movimentação administrativa e judicial relativa à tributação das subvenções, especialmente em razão do tratamento dado pela lei complementar, que culminou em uma abrangência maior da não tributação destes benefícios.

Leandro Ferreira é sócio no Ferreira Vuono Advogados, pós-graduado em Direito Tributário

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187628>

BB manterá expansão da carteira de crédito

Álvaro Campos De São Paulo

A administração do Banco do Brasil garantiu que tem capital e que a qualidade de crédito está sob controle, o que permite à instituição seguir expandindo em ritmo forte sua carteira. Um aumento nas provisões chegou a acender um sinal de alerta entre alguns analistas, mas o banco explicou que há alguns fatores extraordinários e que a melhora no cenário macroeconômico, incluindo a queda de juros, deve contribuir para continuar registrando uma margem financeira robusta, inclusive em 2024.

Em conversas com jornalistas e analistas ontem, o vice-presidente financeiro do BB, Geovanne Tobias, afirmou que, dada sua base de capital, o banco é o melhor posicionado para o crescimento. No primeiro semestre, a carteira cresceu 15,3% ante igual período do ano anterior, bem acima de Santander (6,5%), Itaú (6,3%) e Bradesco (1,6%). E o banco elevou o "guidance" para este ano na faixa de 9% a 13%, de 8% a 12% antes.

"Posso terminar na ponta alta do guidance de carteira ou até extrapolar? Posso, mas preferimos ser conservadores nas estimativas", afirmou Tobias.

A presidente do BB, Tarciana Medeiros, afirmou que a instituição vai continuar crescendo sua carteira de crédito de forma sustentável.

"A oferta de crédito cresceu mais de 13% este ano, acompanhada da gestão adequada do risco." Segundo ela, o banco ainda tem muito espaço para crescer em consignado, incluindo no **INSS**, onde ainda não atingiu o que seria a fatia justa, e no consignado privado, que teve expansão de 100%, mas ainda é pequeno. Ela também citou financiamento automotivo.

Tobias apontou ainda que, em função do crescimento forte do agronegócio, o banco revisou o guidance dessa linha para cima (de 11% a 15% para 14% a 18%). Na Safra 2023/2024, o BB já alcançou um volume recorde da ordem de R\$ 21 bilhões no mês de julho, representando crescimento de 11% em relação a julho de 2022.

Ele ressaltou que o BB teve o melhor índice de eficiência da sua história, em 28,3%, e que o retorno sobre o patrimônio (ROE) também foi recorde, de 21,3%. "Se continuarmos crescendo a carteira, cuidando do risco e mantendo o controle das despesas, teremos condições de entregar resultados

crescentes. É claro que devemos estar atentos a condições de mercado e variáveis que podem vir a impactar a rentabilidade, mas não prevemos nenhum efeito expressivo." Tarciana ressaltou que o governo Lula fez muita coisa em pouco tempo e conseguiu inclusive uma elevação do rating soberano.

"Iniciamos o segundo semestre com uma série de sinais concretos para mudanças estruturais na economia", comentou.

Felipe Prince, vice-presidente de gestão de riscos, afirmou que a inadimplência deve se estabilizar nos próximos trimestres, com possível queda em pessoa física e um pouco mais de desafio em empresas.

"Dependendo da recuperação de uma grande empresa [Americanas], pode haver novo impacto na inadimplência", adiantou. O BB já tinha provisionado 50% de sua exposição à varejista no primeiro trimestre e agora subiu para 70%." Outro fator de otimismo no BB é com o Desenrola, programa de renegociação de dívidas do governo.

Segundo Tarciana, o banco buscou incluir clientes que não estariam beneficiados no Desenrola, como MPE e pessoa física de renda mais alta, e por isso está mais animado do que os pares privados. "É cedo ainda pra falar qual será o impacto do Desenrola nos nossos resultados, mas devemos ter noção maior nos próximos 30 dias", comentou.

"O BB enfatizou que, apesar do aumento do custo do risco, espera mais do que compensar o impacto com margens ajustadas ao risco mais altas, levando a retornos consistentes contínuos, mesmo no ciclo de flexibilização monetária", diz o Citi. "Embora sintamos que o BB está chegando perto do pico de lucro, é difícil sermos "críticos" sobre um banco que oferece ROE acima de 20% e é negociado a múltiplo baixo.

Com o segundo trimestre para trás, um ambiente ainda saudável para o crescimento da receita e a recente correção da ação, estamos ficando mais otimistas", aponta o BTG.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
BB manterá expansão da carteira de crédito

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187628>

Lula reclama do centrão e vê uso de votação por reforma ministerial

Thiago Resende e Catia Seabra Brasília

O presidente Lula (PT) tem reclamado a aliados sobre a estratégia de líderes do centrão para pressioná-lo a concretizar a **reforma ministerial** que irá colocar o PP e o Republicanos no primeiro escalão do governo.

Em conversas com pessoas próximas, o petista afirmou que as negociações vão acontecer e não deveriam se misturar com sinalizações em tom de ameaça e barganha.

Contrariando o Palácio do Planalto, a Câmara ainda não deu uma previsão de quando irá concluir a votação do novo arcabouço fiscal. Falta apenas uma votação no plenário da Casa para Lula liquidar a tramitação do projeto e cumprir uma promessa de campanha -extinguir o teto de gastos.

Integrantes do centrão reconhecem que o objetivo é forçar Lula a acelerar as conversas com os partidos que receberam a promessa de ministério e cargos em estatais.

Os deputados André Fufuca, do PB e Silvio Costa Filho, do Republicanos, já foram confirmados como futuros ministros por auxiliares de Lula, como Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), responsável pela relação com o Congresso.

Fufuca é líder do PP na Câmara. Costa Filho é um dos deputados do Republicanos mais próximos do governo. Os dois, porém, não sabem quando serão nomeados nem quais pastas comandarão.

Aliados do presidente dizem que fazer uma **reforma ministerial** não é uma matemática simples, pois isso envolve "cortar na carne".

Lula sinalizou a integrantes da cúpula do seu partido a disposição de que a **reforma ministerial** tenha como alvo pastas hoje de ministros sem padrinhos políticos e representantes do PSB, partido do vice-presidente Geraldo Alckmin, e do próprio PT.

A insatisfação do petista se dá pelo fato de o centrão não aceitar que as trocas na Esplanada precisam seguir o ritmo do presidente e o tempo da política, mesmo quando o mandatário já deu a palavra de que

PP e Republicanos terão seus ministérios. Segundo o entorno de Lula, a relação deveria ser mais respeitosa.

Por outro lado, uma ala do centrão pinta uma imagem diferente sobre a construção dessa aliança com o governo.

Membros do grupo liderado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), questionam se Lula criará vínculos de confiança com ministros indicados pelos partidos.

Em 7 de julho, numa sexta à noite, Lula reuniu no Palácio da Alvorada ministros como Padilha e Rui Costa (Casa Civil) e expoentes do centrão na Câmara, entre eles Lira, Fufuca, Hugo Motta (líder do Republicanos) e Elmar Nascimento (líder da União Brasil).

Depois disso, Padilha já se reuniu separadamente com os ministeriáveis do PP e do Republicanos. Mas a próxima etapa, que é o encontro de Lula e dirigentes desses partidos para amarrar o apoio no Congresso, emperrou. O Planalto diz que ainda não foi possível conciliar as agendas.

Sem um desenho claro para a reforma, chegou a esses postulantes a informação de que poderiam vir a ser ofertados a eles ministérios nascidos do desmembramento de pastas maiores.

Depois de divididos, esses ministérios seriam ocupados por Fufuca e Silvio Costa Filho. É o caso do Ministério de Portos e Aeroportos, que seria dividido em dois; e a pasta de Micro e Pequenas Empresas, que sairia do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

No entanto, líderes do centrão enviaram recados à articulação política do Palácio do Planalto de que os partidos não se interessam por ministérios desidratados.

A demora para a acomodação dos indicados do centrão está preocupando articuladores do governo que temem fissuras ainda maiores na relação com o Congresso.

O PP mira o Desenvolvimento Social, que cuida do Bolsa Família e é comandado por Wellington Dias

(PT). O Republicanos está de olho no Ministério dos Esportes, ocupado por Ana Moser. A fatura do consórcio liderado por Lira inclui ainda a Caixa e a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), recriada pelo Congresso.

Deputados do PP se reuniram com Fufuca na terça (8). Uma ala da bancada defendeu que o partido elevasse a pressão para que a **reforma ministerial** se consolide. Fufuca, porém, conteve o movimento.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50365>

Lira dá sinais de que reforma ministerial avança nos bastidores

A iniciativa do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de anular a convocação do ministro da Casa Civil, Rui Costa, para depor na CPI do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) está relacionada, nos bastidores, ao avanço da **reforma ministerial**. Lira e outros líderes do Centrão fizeram movimentos claros nos últimos dias para reduzir o poder de fogo da comissão de inquérito, sinalizando que já estão jogando do lado do governo.

Em contrapartida, eles esperam que na próxima semana o presidente Luiz Inácio Lula da Silva formalize a indicação de quadros do PP e do Republicanos para o primeiro escalão. Ele retorna a Brasília no fim da tarde desta sexta-feira do périplo por Amazonas, Pará e Rio de Janeiro.

Até essa quinta-feira (10), o cenário mais provável era de que o Republicanos assumisse o Ministério do Esporte, e o PP ficasse com Ciência e Tecnologia no lugar do PCdoB, mas a palavra final ainda depende de Lula. Esse formato também prevê a recriação do Ministério da Micro e Pequena Empresa.

Em paralelo, os partidos do Centrão contam com a entrega da direção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para o bloco. A bancada do PSD reivindicou a presidência do órgão, que o governo havia extinguido, mas foi recriado pelo Congresso. Mas União, PP e Republicanos também pleiteiam o posto, e o governo pretende distribuir as diretorias da entidade entre os aliados.

Uma fonte palaciana observa que não há dificuldade em ceder a Funasa, porque o órgão está acéfalo desde sua recriação.

Lira reuniu-se com Rui Costa e o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, na terça-feira. A pauta era a apresentação de detalhes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que será lançado nesta sexta-feira, ao chefe do Legislativo.

Mas a convocação de Costa, que seria ouvido na quarta-feira, veio à baila.

Ao anular, na quarta-feira, a convocação de Rui Costa para depor na CPI, Lira não criou precedente.

Ele já havia tomado decisões dessa natureza que

favoreceram ministros do governo Jair Bolsonaro. Em julho de 2022, o presidente da Câmara revogou convocação do ministro da Economia, Paulo Guedes, para explicar, em audiência pública, por que o governo não concederia aumento salarial aos policiais e agentes de segurança pública.

Antes, em abril de 2021, Lira havia anulado convocação do ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, pela Comissão de Fiscalização e Controle, para esclarecer compras de itens de luxo realizadas pelas Forças Armadas com recursos do Orçamento, como picanha, cerveja, bacalhau, salmão e filé mignon.

Além disso, o gesto de Lira prógoverno não foi isolado. Em paralelo, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), articulou com lideranças do Centrão, principalmente, do União Brasil e do Republicanos, a alteração de membros da CPI do MST, a fim de substituir deputados de perfil oposicionista por quadros moderados.

Por exemplo, parlamentares de perfil radical como Diego Garcia (Republicanos-PR) e Messias Donato (Republicanos-ES) deixaram a comissão para dar lugar a Mário Negromonte (PP-BA) e Damião Feliciano (União-PB), de viés governista. O movimento esvaziou o colegiado, e reduziu seu poder ofensivo.

Esses gestos ocorreram dias depois de o União Brasil assistir a Lula empossar o deputado Celso Sabino no Ministério do Turismo em uma solenidade concorrida no Palácio do Planalto na semana passada. E o Republicanos conta com a nomeação do ex-líder da bancada Silvío Costa Filho (PE), ou Silvinho, para um ministério na próxima semana.

Simultaneamente, o PP espera ver o líder André Fufuca (MA) indicado para outra pasta, ainda a ser definida.

O cenário mais comentado nos bastidores nos últimos dias contempla Costa Filho no Ministério do Esporte. Para tanto, a ministra Ana Moser, campeã olímpica de vôlei, seria indicada pelo governo para assumir um cargo de relevo relativo aos Jogos Olímpicos de 2024. Uma hipótese é Autoridade Olímpica.

Nos bastidores, líderes do Centrão disseram ao

governo que não aceitam indicação de seus quadros para o eventual Ministério da Micro e Pequena Empresa, que estaria aquém das pretensões do bloco.

Diante desse posicionamento, o líder do PP, André Fufuca, seria indicado para a pasta da Ciência e Tecnologia. Para viabilizar esse movimento, a atual ministra Luciana Santos, presidente nacional do PCdoB, poderia ser remanejada para Micro e Pequena Empresa.

O argumento que circula entre fontes do Palácio do Planalto é de que o PCdoB tem uma bancada pequena, de apenas sete deputados, enquanto o PP, cujos votos o governo precisa atrair para a base, tem 47 representantes.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187628?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187628?page=1§ion=1)**

Zema reitera fala sobre reação do Sudeste e Sul ao Nordeste

Bernardo Estillac

O governador Romeu Zema (Novo) comentou a repercussão gerada por suas declarações sobre o Nordeste, no último fim de semana. Durante visita a Poços de Caldas, no Sul de Minas, ele manteve o discurso sobre a necessidade de união dos estados do Sul e Sudeste para fazer frente à articulação política do Nordeste por recursos federais, conforme afirmou em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", e emendou críticas indiretas ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "Nós temos de lembrar que, quem leu a minha matéria, entendeu muito bem o que eu quis dizer, está lá a minha matéria. Acho que nós tivemos uma manchete muito infeliz por parte do jornal. Da mesma maneira que outras regiões, nós queremos que os interesses de Minas, do Sudeste, do Sul, sejam atendidos. O que nós queremos é o que o Nordeste já fez. Não tem associação de municípios aqui na região? Não pode ter associação de estados? Por que em algumas regiões pode ter e em outras regiões não pode ter?", afirmou Zema.

O chefe do Executivo mineiro ficou sob os holofotes desde o fim de semana pela repercussão, majoritariamente negativa, de trechos da entrevista em que trata sobre o que considera uma discrepância de representatividade política e acesso ao orçamento por estados do Sul e Sudeste em relação ao Norte e Nordeste. "Está sendo criado um fundo para o Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Agora, e o Sul e o Sudeste não têm pobreza? Aqui todo mundo vive bem, ninguém tem desemprego, não tem comunidade? Tem, sim. Nós também precisamos de ações sociais. Então Sul e Sudeste vão continuar com a arrecadação muito maior do que recebem de volta? Isso não pode ser intensificado, ano a ano, década a década", disse Zema na entrevista ao jornal paulista.

Não foi a primeira vez que Zema comprou briga com outras regiões ao tratar sobre uma pretensa negligência aos estados do Sul e Sudeste, regiões mais ricas do país. A repercussão foi ampla na classe política, incluindo o presidente do Senado. Rodrigo Pacheco chegou a dizer que as falas do conterrâneo mereceriam um pedido de desculpas aos nordestinos. Questionado sobre a possibilidade de tentar se redimir, o governador foi categórico. "Eu estou com a minha consciência limpa e gosto muito de trabalhar. Me parece que nós temos muita gente preocupada no

Brasil em criar polêmica e preocupar com a próxima eleição. Eu estou preocupado é com realização. Onde tem gestão tem realização. Eu estou aqui trabalhando e tem gente aí fazendo intriga", disse, retrucando o senador.

Zema esteve no Sul de Minas para a assinatura de um protocolo de intenções com a empresa australiana Meteoric Resources NL para a extração de terras raras, conjunto de metais com aplicação industrial e energéticas.

A agenda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesta semana pode render a manutenção do embate entre Zema e nordestinos no noticiário por mais alguns dias. Hoje, o petista estará na cerimônia de lançamento do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Rio de Janeiro em evento para o qual todos os 27 governadores do país foram convidados. Cabe aos governadores indicar 300 das 2 mil obras previstas no programa. Até o momento, 19 gestores estaduais já confirmaram presença, Zema não é um deles. Questionada sobre a ida do governador mineiro à capital fluminense, a assessoria do Executivo mineiro disse que a agenda é atualizada diariamente no site do governo. Não há informações sobre onde o governador estará hoje.

Zema participou ontem da quinta etapa do Circuito E-Minas, em Alfenas, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas (Federa-minas) e Associação Comercial e Industrial de Alfenas. Em discurso, ele afirmou que se a **reforma tributária** não for favorável ao empresariado, ficará difícil obter avanços no Brasil, o que deixará o país distante das nações desenvolvidas. "A cada ano, o setor privado calça uma bota de chumbo que só tem o peso aumentado". Segundo ele, qualquer tributo hoje é muito mais complexo do que há 20 anos. "As burocracias sanitárias também são obstáculos para o setor. Enquanto outros países têm avançado a 100km por hora, o Brasil caminha a 30". Zema afirmou ainda que existem grandes burocracias municipais, estaduais e municipais que os empresários precisam lidar. "No passado, o país exportava muitos produtos industrializados. Hoje, só exportamos produtos primários", disse.

"Da mesma maneira que outras regiões, nós queremos que os interesses de Minas, do Sudeste, do

Sul, sejam atendidos. O que nós queremos é o que o Nordeste já fez. Não tem associação de municípios aqui na região? Não pode ter associação de estados?

Por que em algumas regiões pode ter e em outras regiões não pode ter?"

Romeu Zema (Novo), governador de Minas Gerais

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/11/08/2023/p1>

Tributária: Itamaraty pede isenção para missões diplomáticas

Manoel Ventura

Enquanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenta reduzir as exceções da **Reforma Tributária**, o Ministério das Relações Exteriores está pedindo à pasta um novo tratamento diferenciado no texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) em discussão no Senado. O Itamaraty quer garantir isenções fiscais para missões diplomáticas, repartições consulares e organismos internacionais sediados no Brasil e seus funcionários. O órgão argumenta que essas isenções são compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Ao GLOBO, o Itamaraty afirma que tem mantido coordenação com a Fazenda para viabilizar as isenções.

"Trata-se de iniciativa para que isenções concedidas atualmente sejam mantidas pelo marco legal em discussão.

O interesse do MRE (Ministério das Relações Exteriores) é, portanto, o de criar as condições para o respeito aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, tendo presente o tratamento dado aos representantes do Estado brasileiro no exterior", afirma a pasta.

Diplomatas argumentam que, na versão atual, aprovada pela Câmara, o texto da PEC impossibilitaria a manutenção da maior parte das isenções atualmente conferidas a esses organismos - especialmente no ICMS, mas, também, de PIS/Cofins - devido à ausência de previsão de lei complementar com regime específico para embaixadas, consulados e organismos internacionais.

IMPACTO NÃO FOI CALCULADO A ideia é inserir esse benefício no texto em discussão no Senado. Não foram apresentados cálculos sobre o impacto da medida na alíquota do imposto fruto da reforma. Em nota técnica apresentada nesta semana, a Fazenda calcula que o imposto terá alíquota entre 25,45% e 27%.

"A concessão de isenções fiscais a representações de governos estrangeiros localizadas em território brasileiro atende a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e é regulada por tratados

multilaterais, por regras obrigatórias de direito costumeiro internacional e por compromissos bilaterais em função de reciprocidade de tratamento", acrescenta o Itamaraty.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"O PAC é como qualquer remédio. Quando é demais, faz mal"

GLAUCE CAVALCANTI E LUCIANA RODRIGUES

Daniel Wainstein / SÓCIO E FUNDADOR DA SENECA EVERCORE

Com 30 anos de experiência no mercado de fusões e aquisições, Daniel Wainstein vê o Brasil num momento único para atrair o investidor estrangeiro, que voltou a olhar para o país após o período turbulento das eleições de 2022 e atraído pelo potencial ESG da economia.

Depois de um início de ano "avassalador" para o crédito das empresas brasileiras, pressionadas pela alta dos juros e pela crise da Americanas, ele notou uma guinada a partir de abril. Sócio e fundador da Seneca Evercore, Wainstein foi antes diretor no Brasil do Greenhill e do Goldman Sachs.

O executivo considera fundamental o governo viabilizar projetos em infraestrutura e lembra que um país que investe 0,5% do **PIB**, como é o patamar atual, "vai ser sucateado".

Mas vê com ressalvas algumas premissas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como priorizar obras inacabadas e usar como critério de escolha dos projetos sugestões de congressistas.

Como o investidor estrangeiro está vendo o atual momento da economia brasileira?

Existe um mercado chamado credit default swap (CDS) que é como se fosse um seguro em que o investidor compra para poder, caso o Brasil venha a dar calote, receber o valor que aplicou. Esse mercado estava precificando, no fim de outubro, ou seja, na véspera das eleições, o risco de calote do Brasil em 5,8%. Este número hoje está em 2,8%. Você conhece aquela música "What a difference a day makes" ("que diferença um dia faz", em tradução livre)? Realmente o Brasil, em alguns meses, teve uma reclassificação de mercado, sem nenhum juízo de valor.

O país está sendo muito buscado por investidores. A gente sentiu uma mudança drástica para melhor em nossas transações desde abril.

O investidor não quer comprar no melhor momento, quer comprar algo que ele sente que no longo prazo

vai estar bem. E essa sensação começou a voltar. O Brasil estava sendo visto como um pária em vários aspectos. As empresas hoje, mundialmente, se preocupam muito com a agenda do meio ambiente. E o Brasil estava sendo um líder na despreocupação com o meio ambiente.

Hoje a gente está com a agenda totalmente inversa.

Outro aspecto é que existia um temor em relação à sustentabilidade da nossa democracia.

Depois, tivemos o efeito de grandes empresas brasileiras que se endividaram a 2,5% (que era o patamar no início de 2021), passaram pela pandemia, o faturamento caiu, o lucro caiu, só que o custo da dívida aumentou em cinco vezes (a Taxa Selic chegou a 13,75%). Essa situação fez com que houvesse um problema de liquidez das empresas brasileiras que eu nunca tinha visto, trabalhando nesse mercado há quase 30 anos. Foi um congelamento total.

O senhor citou abril como o mês da virada. Qual foi o gatilho? As sinalizações do novo governo na política econômica foram importantes?

Mesmo antes da redução da Selic, já começou a ter a visibilidade de que isso aconteceria, a **inflação** estava controlada. A **Reforma Tributária** ter sido aprovada na Câmara é algo que a gente almeja fazer desde a redemocratização. Então, não é pouco o feito. Espero que isso venha a ser ratificado com poucas mudanças no Senado.

A discussão do arcabouço fiscal é extremamente importante na perspectiva do investidor, dá conforto em relação às finanças públicas. E, por fim, o governo demonstrou uma moderação, e a interlocução feita pelo próprio Haddad (Fernando Haddad, ministro da Fazenda) tem sido muito positiva. Eu citaria também uma coisa que é importante e às vezes passa despercebida. A gente está vindo de um governo no qual as relações internacionais eram pautadas pela ideologia. O que a gente está vendo hoje é o Lula fazendo o que no mercado a gente chama de roadshow, vender o Brasil para atrair investidores. Fez isso na China, esta semana se reuniu com um sultão lá dos Emirados Árabes, vai aos EUA e diz que os chineses estão investindo aqui... Está criando uma competição salutar para atrair investimento.

Hoje, o governo vai anunciar o novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, com investimentos públicos de até R\$ 60 bilhões). Como o senhor avalia a proposta?

Obviamente o PAC depende do arcabouço fiscal. É preciso ter uma pacificação em relação ao que realmente terá disponível para o governo investir.

O governo está sinalizando, me surpreendeu, que a prioridade é retomar obras paradas.

Como economista, falo o seguinte: não deveria ser decidido com base no que está parado, mas em onde o real investido vai se multiplicar em benefícios de crescimento econômico.

O tal do multiplicador: qual o impacto que esse real pode ter na parte social, em educação, saúde etc.?

Mas talvez a lógica política seja fazer o que vai ficar pronto mais rapidamente.

Mas essa lógica, infelizmente, não é a melhor. Outra questão é que ele colocou obras propostas pelo Congresso e só depois projetos propostos pelos ministros. A gente sabe que vive numa democracia e que o Poder Executivo precisa do apoio do Congresso, mas tem que haver equilíbrio. A gente precisa sentir que a decisão do governo de onde investir, seja qual for o valor que o arcabouço fiscal permita, é para aumentar a produtividade.

Eu acho que Lula, em paralelo, está falando com outros países para atrair investimentos.

E a PPP (parceria público-privada) é uma estrutura saudável, que ele também tem priorizado nas conversas. O PAC é ótimo. Mas é como qualquer remédio. Quando é demais, faz mal ao paciente. O que a gente sentiu no governo Dilma foi um excesso de gastos do governo em aspectos nos quais deveria haver um incentivo para a iniciativa privada participar. Quando você faz isso em condições atrativas, digamos assim, para quem está recebendo investimento, e provê crédito especial, como o BNDES tanto fez, você acaba afastando a iniciativa privada.

Agente precisa de condições e pautas que incentivem que a iniciativa privada invista.

E que setores têm mais potencial para atrair os investidores no Brasil?

Claramente existe um interesse por energia alternativa.

E, para que isso consiga vingar (a transição energética), muitas vezes precisa de uma ajuda do governo. Nessa área o Brasil tem vocação natural enorme.

O país precisa também de investimentos em infraestrutura, estradas, ferrovias, aeroportos.

Os investimentos haviam parado. O governo anterior investiu 0,5% do **PIB**. No governo Lula anterior, foi 1,5% do **PIB**. E agora a gente está falando em investir (com o novo PAC) 1% do **PIB**. Um país vai ser sucateado se ele tiver o nível de investimento de 0,5% do **PIB**. A gente precisa realmente encontrar uma forma de investir corretamente nessas questões estruturantes, mas também com o valor que consiga fazer com que o Brasil tenha o arcabouço (fiscal), para poder sustentar um crescimento de longo prazo.

E que investidor está olhando para o Brasil? Há fundos que nunca tinham vindo para cá despertando para o país?

Sim. Estamos trabalhando em mais de 35 transações agora e eu diria que, na maioria, temos recebido interesse forte internacional, e muitos investidores que nunca investiram no país. Vindo da Ásia, Japão, Oriente Médio, Canadá, mesmo dos Estados Unidos. No primeiro semestre de 2024 isso vai aparecer com ainda mais força, devemos ter mais de US\$ 30 bilhões em transações de fusões e aquisições.

O senhor mencionou que nunca viu uma crise no crédito corporativo como a que o Brasil viveu no início deste ano. Foi só a alta de juros ou teve também efeito de Americanas e da recuperação judicial de outras empresas?

Nunca tinha visto crise nesse nível, mas também nunca tinha visto a Selic subir quase sete vezes. A decisão do diretor financeiro (das empresas que tiveram dificuldades de liquidez) não foi erro, ele escolheu a estrutura de capital e o nível de endividamento prevendo o crescimento da empresa e a continuidade no custo de dívida.

O crescimento da empresa despencou com a pandemia e houve um aumento no custo da dívida. Em 2008 (na crise financeira global), a gente viu um certo estresse no mercado financeiro, não tanto no nível corporativo. O Brasil, de certa forma, não foi tão impactado.

Eu não senti o respingo, por exemplo, da forma avassaladora que a gente teve no primeiro semestre deste ano.

*

"A gente precisa encontrar uma forma de investir nessas questões estruturantes, mas com o valor que consiga fazer com que o Brasil tenha o arcabouço (fiscal), para sustentar um crescimento de longo prazo"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Exceções não anulam potência de reforma, mas ampliação é risco

Apesar das críticas de que o texto da **reforma tributária** saiu da Câmara dos Deputados e chegou ao Senado com muitos itens sob tratamento diferenciado, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) avaliam que, em relação à experiência internacional, o conceito original e a estrutura principal de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) foram preservados. Eles alertam em conversa com o Valor, no entanto, que a tramitação do projeto ainda é o principal risco para essa avaliação mais positiva, principalmente se forem incluídas exceções a ponto de os efeitos benéficos da reforma sobre a economia serem diluídos.

"Não consigo enxergar, no mundo real, a ideia de que houve perda de potência com as exceções colocadas. Continuo achando que o que foi aprovado na Câmara é bastante positivo", afirma Manoel Pires, coordenador do Núcleo de Política Econômica e do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre.

A mudança na tributação da origem em que o item é feito para o destino do produto, por exemplo, deve fazer com o país saia de um "modelo de guerra fiscal ilimitada" para um "conceito de competição tributária como vemos no resto do mundo", diz Pires.

A **reforma tributária** proposta cria um IVA de base ampla e alíquota uniforme, eliminando a cumulatividade e padronizando o sistema, o que, por sua vez, deve reduzir custos de produção e conformidade, apontam pesquisadores do FGV Ibre.

"Em essência, a reforma da tributação do consumo ora em tramitação no Congresso Nacional consiste na introdução do imposto sobre valor adicionado (IVA) em moldes tradicionais e no estado da arte das melhores práticas contemporâneas", diz Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, na carta de agosto do instituto.

Entre os 20 produtos com maior tributação indireta no Brasil estão, por exemplo, sabão, artigos de vestuário, produtos farmacêuticos, calçados e leite. "Observamos uma regressividade grande, porque, muitas vezes, são bens essenciais para as pessoas", afirma Pires.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata da **reforma tributária** introduz um IVA dual.

Ele será composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), da União, com a unificação do IPI e PIS/Cofins, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de Estados e municípios, fundindo ICMS e ISS.

"É um sistema único, mas tem o IVA cobrado pela União e outro que vai integrar e harmonizar Estados e municípios", explica Pires, observando que esse é o modelo adotado, por exemplo, no Canadá.

A **reforma tributária** não vai mexer nos regimes especiais da Zona Franca de Manaus e do Simples, o que tem sido alvo de críticas de economistas. "Confesso que não tinha muita esperança de que isso fosse tratado na reforma", afirma Pires. Ainda que a decisão possa não ser ideal do ponto de vista técnico, ela foi importante para viabilizar politicamente a reforma, pondera a carta do FGV Ibre.

Em termos da alíquota, haverá a plena, a reduzida (40% da plena) e a alíquota zero. A diferença em relação ao regime atual é que a definição dos bens e serviços para cada categoria de alíquota valerá para todo o Brasil. Hoje, ela pode variar entre União, Estados e municípios.

Com alíquota reduzida estarão, por exemplo, serviços de educação e saúde. "São alguns serviços que afetam mais a vida dos mais pobres.

Mas, obviamente, tem um "lobby" que introduziu coisas que não se justificam do ponto de vista da teoria econômica e da experiência de outros países", diz Pires.

É o caso, por exemplo, da inclusão de serviços de hotelaria e aviação regional nos regimes especiais previstos, que serão definidos por lei complementar. Pires observa que, entre os setores que terão regime especial, há coincidências com a experiência internacional, por exemplo, para o sistema financeiro.

"Alguns setores não se adequam muito bem ao IVA", afirma.

Outras inclusões, no entanto, "são coisas que vieram nessa reforma brasileira", aponta. "É difícil de explicar", diz Pires, citando como exemplo a alíquota zero ao produtor rural com receita anual inferior a R\$ 3,6 milhões. "Era melhor ter alguma alíquota, mesmo

que bem baixa, porque ainda incentivaria a formalização, para emissão de notas e geração de crédito tributários", diz Bráulio Borges, pesquisador associado do FGV Ibre.

Na alíquota zero entram alguns serviços de transporte coletivo e itens da cesta básica, por exemplo.

"Hoje, temos desoneração quase completa dos **tributos** federais sobre a cesta, mas, para os **tributos** regionais, não é completa. Passando para alíquota zero, podemos ter uma queda relevante de preços da cesta básica", afirma Borges.

Um problema, diz, é que ainda não foi definido o que irá compor essa cesta. "Isso pode ser muito reduzido ou não", afirma Borges.

Além disso, com a desoneração da cesta, Pires diz que fica mais difícil para o governo implementar o sistema de "cashback", mecanismo através do qual parte dos **impostos** pagos sobre certos produtos é devolvida às famílias mais pobres.

"Do ponto de vista da regressividade do modelo, o "cashback" seria melhor, permite focalizar mais.

Mas ele ainda pode ser oferecido em outros bens e serviços, como saúde e educação", aponta Borges.

As alíquotas diferenciadas e os regimes especiais poderiam dar a impressão de que a reforma mantém a elevada diferenciação da tributação indireta no Brasil, mas Pires observa que certo grau de diferenciação também existe nos IVAs de outros países.

Na União Europeia, por exemplo, os países podem ter alíquota padrão, reduzida ou super-reduzida (inferior a 5%), além de regimes especiais, que podem incluir isenção total. Na Bélgica, a alíquota-padrão é 21% e a reduzida é em torno de 6%, "menor que os 40% que estamos propondo", afirma Pires.

"A UE define 23 atividades como alíquota reduzida e, de alguma forma, estamos tratando de todos esses itens na nossa reforma.

Em alguns casos, vamos ser até mais restritivos e duros com isenções do que eles", afirma Pires.

Operações com bens imóveis, por exemplo, são isentas na Europa.

"Aqui, vamos tratar como exceção, em regime especial, mas vamos tributar", exemplifica.

A PEC cria quatro fundos. O Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais faz a União repor perdas

projetadas com a reforma, de 2026 a 2032, às empresas beneficiadas por programas já em andamento de redução e/ou isenção de ICMS.

O Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) também será alimentado pela União em benefício dos Estados, como compensação pelo fim da guerra fiscal atual.

Os críticos, observa Schymura na carta, dizem que a guerra fiscal continuará, porque os Estados receberão da União recursos com os quais poderão conceder benefícios e subsídios para atrair empresas.

Na avaliação de Pires, no entanto, essa "nova guerra fiscal" será, na verdade, uma competição tributária saudável, em que escolhas geram consequências.

"Com a mudança da tributação na origem para o destino, vai mudar a forma de fazer "guerra fiscal".

Hoje, a guerra é feita com um Estado abrindo mão da receita pelo outro. Agora, se quiser reduzir a alíquota, tem de reduzir para todos os bens e serviços. O custo para o ente é muito grande", diz Pires.

A PEC cria ainda um fundo de combate à pobreza, com recursos dos Estados, e o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado da Amazônia. Pires diz que só será possível acabar com a Zona Franca de Manaus quando um governo apresentar alternativas ao modelo e, nesse sentido, o fundo pode "ser porta de entrada para esse debate", afirma.

Há muita discussão a respeito de qual seria a "alíquota neutra" no novo sistema, mas, para Pires, o debate tem sido mal colocado. "A discussão não é se a alíquota vai ser maior ou menor, ela já é alta", diz.

De acordo com a OCDE, a carga tributária do Brasil sobre bens e serviços, em relação ao **PIB**, era de 14,1% em 2019, antes de a pandemia bagunçar as estatísticas. O país só perdia para Hungria (16,2%), Grécia (15,3%), Finlândia (14,2%) e Dinamarca (14,1%).

Sobre o consumo do Brasil, Borges calcula que a carga efetiva incidente é de 27,8%. Considerando apenas os cinco **tributos** contemplados na reforma, é de 24,9%. Esse cálculo é importante porque, segundo o governo, a pretensão é que a reforma seja neutra do ponto de vista da carga efetiva média incidente sobre o total do consumo de bens e serviços no país.

"Estamos no melhor momento para fazer discussão de alíquota neutra, no passado estaríamos discutindo 30%", observa Pires.

A alíquota neutra é diferente da alíquota-padrão, explica Borges.

Esta última inclui ainda o Imposto Seletivo (IS), sobre bens com externalidades negativas, como ambientais e sanitárias (cigarros, por exemplo). Como a tributação sobre esses itens tende a ser bem maior, um IS mais alinhado a padrões internacionais poderia reduzir a alíquota neutra.

Borges cita estudo de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) estimando que a alíquota-padrão poderia ser cerca de dois pontos percentuais menor do que a neutra com a sobretaxação de certos produtos com externalidades negativas, o que levaria a uma alíquota-padrão de 22,9% nos cálculos de Borges.

Esse valor não considera nenhum regime diferenciado além da manutenção da Zona Franca de Manaus, do Simples Nacional e do próprio IS. Borges observa que os tratamentos diferenciados aprovados na Câmara tenderiam a elevar essa alíquota padrão em quase cinco pontos percentuais.

Em outra frente, Pires reforça que a autonomia dos Estados e dos municípios, pela proposta, será preservada, já que eles poderão definir suas alíquotas. "O que o Senado vai fazer é aplicar uma alíquota de referência, a medida para manter a arrecadação neutra no todo.

Nas respectivas assembleias, eles vão poder aprovar suas alíquotas.

Se não for feito, aí, sim, aplica a de referência", explica Pires. "Não tem como garantir neutralidade para cada localidade." O senador Efraim Filho (União- PE), relator do grupo de trabalho da **Reforma Tributária** na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, chegou a defender que a PEC defina uma alíquota máxima.

A iniciativa pode gerar uma "corrida" entre os entes federativos para ocuparem esse espaço, alerta Pires. "Os Estados podem aprovar alíquotas mais altas e "comer" espaço da União e vice-versa", diz.

Reduzir os regimes especiais, por outro lado, seria uma forma de possibilitar uma alíquota neutra menor, segundo os pesquisadores.

Embora as exceções discutidas hoje, em sua maioria, não tirem a qualidade da proposta, a nova rodada de debates no Senado pode levar à ampliação desses casos, o que diluiria os efeitos da reforma, segundo Pires e Borges.

"A discussão na Câmara foi feita por muito tempo e teve apoio político muito grande de lideranças.

Isso não enxergamos ainda no Senado, porque o tema não estava lá.

Vamos precisar ver como essa conciliação entre governo e Senado vai acontecer", diz Pires. "Evidentemente, o Senado vai mexer em algumas coisas, é natural, os acordos políticos são diferentes. A grande questão é se as mudanças serão suficientes para deturpar a reforma ou não, essa é a grande preocupação.

Se tiver ampliação grande das exceções no Senado, é difícil a Câmara conseguir eliminar." Além disso, diz Pires, os valores dos fundos criados devem ser balizados pelos ganhos da reforma, caso contrário, ela pode ter elevado custo fiscal para a União.

A criação de um Conselho Federativo, responsável por administrar os recursos do IBS e do fundo regional, também é vista pelos pesquisadores como um risco. "Não quer dizer que não vá funcionar ou que seja ruim, mas é uma solução para um problema que parece não existir em outros países, de os Estados não confiarem na União", diz Pires. Provavelmente, aponta, haverá um processo de judicialização em torno das decisões "até ajustar o modus operandi desse sistema".

A brecha no texto aprovado na Câmara para que Estados criem um imposto sobre a produção de bens primários também é criticada.

"A ideia é deslocar a tributação para o consumo. Vai desonerar investimento e exportação. Se voltar com a tributação sobre bens primários, vai tirar competitividade da economia", diz Pires.

Por fim, os pesquisadores entendem que a transição longa e a coexistência do sistema atual e do novo por algum tempo podem gerar incertezas. "Não vejo como poderia ser muito diferente, senão seria uma reforma abrupta e com muita dificuldade de adaptação.

Mas tem algum custo econômico de curto prazo que poderia ser eliminado se algumas coisas fossem antecipadas", afirma Pires.

"Podemos ter uma queda relevante de preços da cesta" Bráulio Borges

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187628?page=1§ion=1>

Fazenda discorda de regime específico para turismo

O Ministério da Fazenda não vê razão técnica para incluir atividades de turismo em regime específico de tributação, conforme prevê o texto da **reforma tributária** aprovado na Câmara e em discussão no Senado. A afirmação consta no detalhamento metodológico da nota técnica que trouxe projeções para a alíquota-padrão do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

A Fazenda diz que o texto aprovado sofreu modificação para incluir mais um regime específico, além dos quatro propostos no relatório preliminar do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Esse regime específico criado, diz a pasta, inclui uma lista de serviços relacionados "genericamente com as atividades de turismo", que não teriam justificativa técnica para não se enquadrar no regime geral do novo IVA.

O texto aprovado diz que serviços de hotelaria, parques de diversão, parques temáticos, bares, restaurantes e aviação regional poderão ser enquadrados como regime específico, podendo prever regras de alterações de alíquotas, creditamento e base de cálculo ou até mesmo um regime cumulativo.

A ideia inicial apoiada pelo governo previa apenas quatro regimes específicos: combustíveis e lubrificantes; serviços de margem (financeiros, planos de assistência à saúde e concursos de prognóstico); operações com bens imóveis; e compras públicas.

Segundo o governo, esses quatro regimes se restringem a bens ou serviços cujas peculiaridades dificultam ou não recomendam a apuração tradicional do tributo pelo sistema regular de créditos e débitos.

Por exemplo, no caso das instituições financeiras, o PIS/Cofins já é apurado pela receita.

A leitura de técnicos é que os sistemas específicos não significam um regime benéfico, mas somente uma apuração diferenciada a certas operações. A carga tributária, inclusive, pode ficar equivalente à dos demais setores que apurarão pelo regime geral do futuro IVA.

Porém, no caso das atividades de turismo, o anexo da Fazenda alertou para um suposto favorecimento, o que poderia distorcer o objetivo do regime específico.

Tributaristas ouvidos pelo Valor indicam que o setor já tem regime diferenciado hoje, o que poderia justificar estar no regime destacado, o que não significaria, necessariamente, um benefício.

"Nossa impressão é que a inclusão dos setores na PEC vem de já termos alíquotas diferenciadas para esses setores", diz Fernanda Pazello, sócia do escritório TozziniFreire.

A proposta da PEC é de não haver aumento de carga tributária, o que pode ser interpretado de forma global, no sentido de não ter arrecadação maior, ou do ponto de vista dos setores específicos, o que é um desafio, porque para alguns setores haverá aumento de carga tributária, segundo Jerry Levers, do mesmo escritório.

Hoje, de forma geral, o setor de turismo paga cerca de 12,5% (ICMS, PIS e Cofins) com alguma possibilidade de creditamento e passará, na alíquota padrão estimada, para cerca de 25%, mas com creditamento total - o que não é tão efetivo para serviços, segundo Pazello.

Procurados, a Abrasel (que representa bares e restaurantes) e a Abear (aviação regional) afirmaram que, no momento, não vão comentar. As demais associações não retornaram o contato.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187628?page=1§ion=1>

Risco fiscal nos EUA pressiona ativos

Gabriel Caldeira e Matheus Prado De São Paulo
(Colaboraram Arthur Cagliari e Gabriel Roca)

Os mercados financeiros globais voltaram a sentir a piora na percepção de risco fiscal nos Estados Unidos, o que alimentou um salto nos rendimentos dos Treasuries na sessão de ontem. Os impactos vistos nos ativos domésticos, porém, foram limitados: os juros futuros de longo prazo exibiram leve alta, enquanto o dólar se afastou das mínimas contra o real, mas se manteve em queda.

Os agentes financeiros se assustaram com o déficit orçamentário de US\$ 221 bilhões nos EUA em julho, um resultado que foi bem pior do que a estimativa de saldo negativo de US\$ 135 bilhões prevista pelo mercado. A esse número se somou a incerteza derivada do leilão de US\$ 23 bilhões em T-bonds de 30 anos. Embora a demanda pelos papéis tenha ficado ligeiramente acima da média, o fato de a participação dos investidores estrangeiros ter ficado abaixo das últimas vendas acionou um sinal de alerta no mercado de Treasuries.

A taxa da T-note de dez anos subiu a 4,110%, enquanto o retorno do T-bond de 30 anos avançou para 4,255%. E, em um contexto de juros americanos mais altos no longo prazo, o dólar voltou a ganhar força ao longo da tarde de ontem e o índice DXY, que mede o desempenho da moeda americana contra uma cesta de outras seis divisas de mercados desenvolvidos, subiu 0,13%, para 102,63 pontos.

No mercado local, o dólar se afastou da mínima do dia, na casa de R\$ 4,84, para fechar em queda de 0,45%, a R\$ 4,8821. Já a taxa do DI para janeiro de 2025 caiu de 10,425% para 10,385%, mas a do DI para janeiro de 2031 subiu de 10,79% a 10,84%.

O estrategista-chefe de juros do banco canadense BMO Capital Markets, Ian Lyngen, aponta que nem mesmo a **inflação** ao consumidor nos EUA e os dados de mercado de trabalho mais comportados evitaram que preocupações renovadas com o tamanho crescente dos leilões de Treasuries "restabelecessem a incorporação de prêmios na curva". Lyngen, inclusive, acredita que a pressão por prêmios adicionais nos juros longos nos EUA "está em conformidade" com a piora na percepção de risco fiscal.

Entre os pontos que chamaram atenção no leilão, as ofertas indiretas, que representam a demanda de

estrangeiros, ficaram com 67,8% do total ofertado, um nível inferior à média dos últimos seis leilões (69,3%). Além disso, os dealers tomaram o maior montante desde fevereiro (9,5% do total), o que ajudou a azedar o humor. As bolsas devolveram boa parte dos ganhos do dia: o índice Dow Jones subiu 0,15%; o S P 500 teve alta de 0,03%; e o Nasdaq avançou 0,12%.

Movimento semelhante foi visto no mercado doméstico, onde o Ibovespa terminou a sessão em queda de 0,05%, aos 118.350 pontos.

Em relatório, o J.P. Morgan nota que o mercado brasileiro caiu em todas as sessões desde que o Copom cortou a Selic em 0,5 ponto percentual, o que pode ser atribuído aos resgates estrangeiros, que já ultrapassam os R\$ 5,5 bilhões em agosto. Segundo a equipe de estrategistas do banco, a boa notícia é que os resgates a fundos de ações finalmente parecem ter secado.

"O cenário brasileiro melhorou nos últimos meses: a **inflação** caiu, o crescimento aumentou, a Câmara dos Deputados aprovou a **reforma tributária** e, mais importante, o Banco Central iniciou o ciclo de flexibilização. Isso seria motivo suficiente para aumentar os fluxos, mas ainda não vimos isso se materializando.

Há, então, um grande debate sobre quem será o comprador", escrevem.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Risco fiscal nos EUA pressiona ativos

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187628>

Governo vai propor redução do IR de pessoa jurídica na próxima etapa da reforma tributária, diz secretário

Por **Alexandro Martello, Lais Carregosa e Ana Paula Castro**, g1 e TV Globo - Brasília

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, informou que o governo federal vai propor, na segunda etapa da **reforma tributária**, uma redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), juntamente com a desoneração da folha de pagamento das empresas.

Ele não citou qual será a proposta do governo federal para a alíquota do IRPJ, mas afirmou que o Brasil não vai fugir do padrão internacional em tributação da renda .

Segundo dados da Tax Foundation, organização sem fins lucrativos que atua há mais de 80 anos fazendo avaliações sobre **impostos** e coletando dados sobre **tributos** ao redor do mundo, o IRPJ médio dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 38 nações mais desenvolvidas, foi de 23,6% em 2021. Atualmente a tributação sobre as empresas de maior porte é de cerca de 34% no Brasil, considerando IRPJ e CSLL, patamar elevado na comparação internacional.

O padrão [internacional] é uma referência. Não quer dizer que é necessariamente igual ao padrão mundial, mas certamente é uma referência. Não está decidido , declarou Appy, ao g1 e à TV Globo.

No governo do presidente Jair Bolsonaro, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, almejava reduzir o IRPJ para um patamar máximo de 25% no Brasil.

A atual etapa da **reforma tributária**, ainda em tramitação no Congresso, se concentra em **impostos** sobre o consumo. A próxima etapa vai tratar sobre tributação da renda.

Mudanças no Imposto de Renda

De acordo com declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a área econômica enviará ao Congresso Nacional a proposta de mudança nas regras da tributação sobre a renda somente após a

aprovação, pelo Congresso Nacional, das mudanças nos **impostos** sobre o consumo - que está sendo discutida atualmente pelo Legislativo.

A reforma dos **tributos** sobre o consumo já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, mas ainda precisa passar pelo Senado Federal e por uma nova rodada de votação pelos deputados para ter validade. A expectativa do governo é que a mudança nas regras seja concluída ainda neste ano.

Como compensar?

O secretário Bernard Appy não entrou em detalhes sobre qual será a proposta do governo, mas indicou que, além da taxação da distribuição de lucros e dividendos de empresas para pessoas físicas, também haverá outros mecanismos que o governo vai propor para compensar a queda de arrecadação com a desoneração da folha de pagamentos e com a redução do IR das empresas.

Têm várias alternativas, várias correções de distorções que podem ter esse efeito, não tem como antecipar , declarou Appy, ao g1 e à TV Globo. Segundo ele, haverá um cardápio de opções que será colocado na mesa. Têm várias questões, têm vários itens que podem ser discutidos .

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicou em abril que o governo pode propor a taxação dos chamados fundos exclusivos para tentar zerar o déficit estimado para as contas públicas em 2024. A estimativa do governo é a de arrecadar cerca de R\$ 10 bilhões com a tributação. Ao mesmo tempo, o Ministério da Fazenda também vai propor o fim dos juros sobre capital próprio, que consistem em uma forma de distribuição dos lucros de uma empresa de capital aberto (que tem ações na bolsa) aos seus acionistas.

Lucros e dividendos

O secretário Appy também não informou qual será a alíquota proposta para a distribuição de lucros e dividendos de empresas para pessoas físicas.

Na tributação de lucros e dividendos tem uma média, mas não tem um padrão, varia muito entre países , declarou o secretário.

O Brasil é um dos poucos países, atualmente, que não taxam a distribuição de lucros e dividendos para pessoas físicas - a taxa chegou a vigorar, mas foi extinta em 1995.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indica que outras quatro nações também não tributam esses rendimentos: Estônia, Letônia, Eslováquia e Romênia.

O ministro da Economia da gestão Bolsonaro, Paulo Guedes, chegou a propor uma taxa de 20% para a distribuição de lucros e dividendos no Brasil.

Entretanto, a proposta foi alterada e a Câmara dos Deputados aprovou em 2021 uma alíquota menor, de 15%. O texto, porém, não foi adiante no Senado Federal, de modo que a taxa não entrou em vigor.

Folha de pagamentos

O secretário do Ministério da Fazenda reiterou que a discussão da desoneração da folha de pagamentos das empresas será discutida somente junto com as mudanças no Imposto de Renda.

Tem uma avaliação política que o ideal é não ter os dois temas simultaneamente [mudanças na tributação sobre o consumo e na folha de pagamentos], mas o timing político vai ser decidido pelo ministro e pelo Congresso Nacional , declarou Appy.

Em maio, Appy afirmou que o governo pode propor uma desoneração não linear da folha de pagamentos, reduzindo a tributação somente sobre o salário mínimo.

Atualmente, a contribuição patronal sobre a folha de pagamentos é de 20%. Se a desoneração for completa, os rendimentos de até um salário mínimo, atualmente em R\$ 1.320, ficariam livres dessa cobrança. Com esse formato, a desoneração beneficiaria principalmente as contratações de trabalhadores com salários menores.

Atualmente, está em vigor a desoneração da folha de pagamento das empresas dos 17 setores da economia que mais geram empregos no país. As empresas desses setores substituem a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta, que varia de 1% a 4,5%. A regra vale somente até o fim de 2023.

Além da contribuição patronal de 20%, os empregadores também têm de recolher, no Brasil, um seguro para acidentes de trabalho, o FGTS de 8% (do salário do trabalhador), contribuições para o salário educação e para o sistema S.

O empregado, por sua vez, contribui com 11% do seu salário. As contribuições de patrões e trabalhadores varia de 34% a quase 43% no Brasil. A exceção são as empresas do Simples Nacional, que pagam menos **tributos**.

De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em 2022, a alíquota média da contribuição dos empregadores dos 13 países de economias avançadas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) se situou entre 20% ou 16% (em sistemas regressivos).

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/08/11/governo-vai-propor-reducao-do-ir-de-pessoa-juridica-na-proxima-etapa-da-reforma-tributaria-diz-secretario.ghtml>

Iminente entrada no governo Lula divide Republicanos, com ameaça de saída de Tarcísio

*Por Bianca Gomes, Guilherme Caetano e Luísa Marzullo
- Rio e São Paulo*

Apesar de o presidente do Republicanos, deputado federal Marcos Pereira (SP), reiterar que o partido continuará independente, a negociação para assumir um ministério no governo Lula já provoca fissuras internas. Na mais recente delas, o principal nome da legenda, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ameaça deixar a sigla caso seus correligionários ingressem na base do petista. Diante da turbulência, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz questão de se reunir com Pereira antes de anunciar as mudanças na Esplanada que devem sacramentar o ingresso dos Republicanos no primeiro escalão do Executivo federal.

A avaliação tanto no Palácio do Planalto quanto no partido, no entanto, é que a oposição de parte da legenda não vai alterar o embarque do Republicanos na gestão de Lula. Além disso, aliados de Tarcísio, que foi ministro de Jair Bolsonaro, acreditam que a ameaça do governador não vai se concretizar.

Anteontem, ele disse ser contrário à adesão a Lula e deixou aberta a possibilidade de sair do Republicanos.

- É uma coisa que eu vou avaliar com o partido - afirmou, ao ser perguntado sobre as chances de deixar a sigla, em evento no Palácio dos Bandeirantes.
- Eu sou contra. Para mim, eu não gostaria de ver o meu partido fazendo parte da base do governo.

A reprovação pública é o estopim de uma crise que não começou agora. Desde o início de sua gestão, Tarcísio mantém uma relação conturbada com Marcos Pereira, presidente da legenda. Na terça-feira, o Republicanos fez uma sinalização na direção de Lula ao desligar dois deputados bolsonaristas da CPI do MST, esvaziando o colegiado. Interlocutores de Tarcísio dizem que a atitude irritou o governador, que pediu uma reunião com Pereira. O dirigente está no exterior, mas deve voltar neste fim de semana.

Pessoas do entorno de Tarcísio ponderam que, numa eventual desfiliação do Republicanos, ele teria poucas opções. O PP, por exemplo, também negocia a

entrada no governo Lula, e o PSD, de seu secretário de Governo, Gilberto Kassab, ocupa três ministérios. Uma opção seria migrar para o PL, mesma sigla do ex-presidente Jair Bolsonaro. Porém, segundo interlocutores, Tarcísio se filiou ao Republicanos para evitar a relação com Valdemar Costa Neto, presidente do partido. Ontem, o cacique disse que não teve qualquer conversa sobre uma eventual filiação do governador ao PL.

Um aliado descrente da possibilidade de saída de Tarcísio avalia que a declaração do governador foi uma tentativa de fazer o Republicanos prestigiar mais a sua ala bolsonarista. O GLOBO apurou que o entorno de Tarcísio espera que Marcos Pereira reafirme publicamente que o partido se manterá independente mesmo após a **reforma ministerial** que irá beneficiá-lo.

A ameaça, porém, não parou no Executivo paulista. Também apoiador de Bolsonaro, o presidente da CPI do MST, deputado Luciano Zucco (Republicanos-RS), critica a aproximação de seu partido com o governo Lula e levanta a possibilidade de migrar para outra sigla:

- Eu não acredito que o Republicanos vai fazer parte do governo. Caso o faça, vou entrar em contato com a legenda. Realmente não está na minha vontade estar num partido alicerçado com o governo Lula.

Aliados de Tarcísio dizem que ele e Marcos Pereira vivem em pé de guerra desde o começo do governo. Há relatos de telefonemas tensos, com gritos, entre o governador e o presidente do Republicanos.

O principal incômodo do dirigente partidário sempre foi com uma suposta falta de espaço na gestão estadual. Hoje, a legenda controla três secretarias de orçamentos pouco expressivos: Turismo (Roberto de Lucena), Esportes (Helena Reis) e Políticas para a Mulher (Sonaira Fernandes). A terceira, por exemplo, não tem um caixa próprio, como mostrou O GLOBO.

Há uma discrepância quando se compara ao PSD, que tem a vice e três secretarias: Governo (Gilberto Kassab), Saúde (Eleuses Paiva) e Projetos

Estratégicos (Guilherme Afif Domingos).

Além da composição do governo, a escolha da liderança na Assembleia Legislativa foi motivo de desgaste entre os dois. O combinado de Tarcísio com o presidente do Republicanos era escolher o deputado Altair Moraes, ligado ao núcleo bolsonarista e evangélico. Mas o governador optou por Jorge Wilson, conhecido como Xerife do Consumidor, em decisão que pegou de surpresa toda a bancada. Jorge Wilson é tido como um nome mais moderado e sem relação com a Igreja Universal, vinculada ao partido.

Outra reclamação, que não se restringe a Marcos Pereira, mas a todo o núcleo religioso do Republicanos, é de que Tarcísio não atenderia aos interesses dos evangélicos em São Paulo.

A vaga aberta para o Tribunal de Contas do Estado (TCE) é outro ponto de atrito entre governador e seu partido. Correligionários esperavam que o deputado estadual Gilmaci Santos (Republicanos) fosse indicado à vaga, mas o governador deve considerar o nome indicado pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o deputado federal Marco Aurélio Bertaiolli (PSD) - o que irritou alguns aliados.

Desde o mês passado, Tarcísio e Pereira viviam um período amistoso graças ao vídeo que o governador gravou ao lado do presidente do Republicanos em apoio à **Reforma Tributária**. O chefe do Executivo paulista vinha sofrendo pressão da base bolsonarista para se posicionar contra a proposta.

Ao GLOBO, o líder do governo na Alesp diz ter recebido garantia da permanência de Tarcísio no partido.

- Depois das notícias de ontem (anteontem), eu conversei com o governador e ele me disse que se sente bem no Republicanos, se sente em casa - afirmou Jorge Wilson. - Ele não sairá do partido.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/08/11/imin-ente-entrada-no-governo-lula-divide-republicanos-com-ameaca-de-saida-de-tarcisio.ghtml>

Zema repete discurso de separatistas paulistas de 1932, diz historiadora americana

Mariana Sanches - Da BBC News Brasil em Washington DC

Uma vaca gorda que definha enquanto é puxada e sugada por 19 crianças. A imagem, uma alegoria elaborada em 1932 por separatistas paulistas que fizeram parte da Revolução Constitucionalista, representa São Paulo como a vaca e as 19 crianças como os demais Estados da recém-instituída República Federativa do Brasil.

A charge ilustra um sentimento muito semelhante ao que foi expresso pelo governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), ao defender, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, que o Sul e o Sudeste se unissem para contrapor o poder político do Nordeste.

Então Sul e Sudeste vão continuar com a arrecadação muito maior do que recebem de volta? Isso não pode ser intensificado, ano a ano, década a década. Se não, você vai cair naquela história, do produtor rural que começa só a dar um tratamento bom para as vaquinhas que produzem pouco e deixa de lado as que estão produzindo muito. Daqui a pouco as que produzem muito vão começar a reclamar o mesmo tratamento, afirmou Zema, no contexto da discussão da **reforma tributária** e da distribuição dos fundos federais.

Para a historiadora americana Barbara Weinstein, professora da New York University e especialista em história do Brasil, os claros paralelos entre a ilustração de 1932 e as opiniões de Zema, em 2023, não são mera coincidência.

Weinstein argumenta que a Revolução Constitucionalista marca a consolidação de uma identidade paulista - e que se estende a porções do Sudeste e do Sul do Brasil - baseada na branquitude, na masculinidade e no desenvolvimentismo. E marca oposição aos demais Estados brasileiros - vistos nessa interpretação como vagões vazios a serem puxados pela locomotiva paulista.

Em sua obra *A Cor da Modernidade* (Edusp), Weinstein mostra como o auge da economia cafeeira - e o início da industrialização de São Paulo - coincide com a política de branqueamento da população, com o estímulo a migração europeia, e gera condições para que São Paulo pleiteie para si mais recursos de

impostos.

As condições políticas também eram favoráveis ao pleito, já que o Império, um governo centralizador, havia sido substituído por uma República que abria oportunidades de rediscussão do destino dos **tributos** recolhidos no país. Hoje, discussão semelhante está em pauta: a **reforma tributária**, já aprovada na Câmara, deve implicar em mudanças não só no recolhimento dos **tributos** mas também no modo como esses recursos são distribuídos.

Este raciocínio de Romeu Zema é óbvio, uma coisa muito conhecida, insistindo que o cidadão do Nordeste não deve ter tantos direitos quanto o cidadão do Sul, já que o cidadão do Sul supostamente sustenta o Nordeste. Mas o governo nacional existe justamente para poder lidar com esse tipo de desigualdade, negar isso é de certa forma perder qualquer noção da importância da nação, afirma Weinstein.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista de Weinstein, concedida à BBC News Brasil via videochamada, e editada por concisão e clareza.

BBC News Brasil - Há alguns dias, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, disse que os Estados do Sul e Sudeste deveriam se unir para reclamar politicamente mais peso que o Nordeste e comparou o Brasil a um fazendeiro que dá mais cuidados às vacas que produzem menos leite (em referência ao Nordeste) do que às que mais produzem (Sul e Sudeste). À luz dos seus estudos sobre formação da identidade paulista, como interpreta a fala do governador?

Barbara Weinstein - O momento que ele lançou esta ideia do Nordeste ser um empecilho, um impedimento ao progresso do Brasil, é justamente o início da nova gestão Lula. Não é uma grande surpresa que este tipo de fala de repente surja, e certamente Zema não é o único a pensar que o Nordeste é a parte que menos contribui para a grandeza do país. E num momento em que a política social do governo federal tem como prioridade lidar com o problema do desenvolvimento desigual no Brasil e a maior pobreza no Nordeste do que no Sul do país, depois de 4 anos do governo (Jair) Bolsonaro, que não tinha qualquer preocupação com isso, políticos do Sul e Sudeste aproveitam a situação para fazer estas manifestações de que não faz sentido

injetar dinheiro no Nordeste porque é o Sudeste a locomotiva do país.

E politicamente esse discurso funciona e tem um longo histórico, data do finzinho do século 19, da Primeira República. Depois de 1889, nota-se uma insistência tanto de Minas quanto de São Paulo em se retratar como locomotiva do país. Esta palavra locomotiva não surge imediatamente, mas, com o tempo, se torna uma expressão comum até no Nordeste, onde pessoas dizem que São Paulo é a locomotiva do país.

Mas Minas tem uma parte que todo mundo reconhece como Nordeste (a região do Vale do Jequitinhonha), com todas as características e os problemas que o Nordeste tem. Minas não é São Paulo, embora tenha a parte sul do Estado bastante identificada com os paulistas, então é um pouco irônico que essa afirmação tenha partido de Zema, que nem reconhece essa característica sobre seu próprio Estado.

BBC News Brasil - Em seu livro *A cor da modernidade*, a senhora estuda a construção de uma identidade paulista que é branca, masculina e desenvolvimentista, em contraposição a outras regiões do País. Essa identidade pode ser extrapolada também ao restante do Sudeste e do Sul do país?

Barbara Weinstein - Tranquilamente podemos estender essa identidade ao resto do Sul do país. Mesmo durante a Revolução Constitucionalista de 1932, o Estado do Paraná foi um aliado de São Paulo e muitos paranaenses vieram ao Estado combater o governo getulista ao lado dos paulistas.

Há inclusive um episódio em que os paulistas se encontram com um batalhão de gaúchos e a conversa deles é na linha de que somos irmãos e devemos estar unidos contra o governo de Getúlio, que é um governo do Nordeste. E São Paulo, na verdade, esperava que o Rio Grande do Sul e Minas Gerais se juntassem (à Revolução Constitucionalista) contra o Governo Vargas, o que acabou não acontecendo. Mas a ideia é que haveria uma aliança natural entre eles.

BBC News Brasil - Essa ideia continua animando as elites políticas e econômicas dessas regiões?

Weinstein - Acho muito difícil essa ideia não continuar porque por muitos anos os contrastes entre o Sul/Sudeste e o Nordeste do país eram tão gritantes que o governo federal toma a decisão de canalizar **impostos** para melhorar a situação do Nordeste. Mas para parte dos políticos sulistas e sudestinos é muito mais fácil levar em conta apenas os interesses de seus Estados e assumir a posição de que o Nordeste não tem jeito ou de que é uma perda de dinheiro gastar para tentar melhorar a situação ali. Esse

contraste hoje, no entanto, já não é mais tão gritante quanto era ao longo do século 20.

De certa forma, houve momentos na história quando essa questão se torna um tema quente na política brasileira, mas, em geral, não é esse discurso que está alimentando a desigualdade no Brasil. É uma justificativa para a desigualdade. Na maioria do tempo, o aprofundamento da desigualdade acontece mesmo que sem qualquer justificativa política. Esse assunto só aparece quando Sul/Sudeste sentem que precisam insistir que merecem mais recursos do que os demais, é um discurso que tenta naturalizar uma situação econômica desigual.

BBC News Brasil - Como essa identidade paulista/sulista se define e como ela é construída?

Weinstein - Primeiro, temos que levar em conta que São Paulo surgiu como o Estado líder do Brasil justamente no momento em que, no mundo ocidental, havia uma ideologia do chamado racismo científico. E São Paulo se torna o mais rico do Brasil nesse contexto, não porque fosse uma economia super moderna e industrializada, mas por causa da exportação de café, que é uma economia muito parecida com a do açúcar no Nordeste no período colonial.

Mas é um período de muitas possibilidades, especialmente quando o Brasil deixa de ser um Império, um governo mais centralizado, e passa a ser uma República Federativa. Então, São Paulo percebe que poderia guardar seus **impostos** para as suas próprias necessidades.

São Paulo queria e usava os recursos para subvencionar os migrantes da Europa que tomavam o lugar dos ex-escravos e houve todo um raciocínio de que esse deveria ser o projeto: desenvolver o Estado por meio da economia do café e ir expandindo pra outras atividades econômicas, intensificando a industrialização.

Então era um momento perfeito para criar uma identidade de São Paulo como uma locomotiva e o resto do Brasil no segundo plano. Este momento histórico foi muito importante para entender como São Paulo se tornou o Estado mais poderoso, as várias condições: o auge da economia do café, a transição para uma república federativa, e o Estado visto como aquele que mais merece a renda nacional.

BBC News Brasil - A declaração de Zema ocorre no momento em que se discute a **reforma tributária** e a distribuição de recursos da União para os Estados.

Weinstein - Justamente. E, historicamente, quais eram

as justificativas para que a renda de São Paulo não fosse dividida? Uma justificativa era que São Paulo não era só o Estado produtor do café e indutor da industrialização, mas que São Paulo tinha uma população mais apta a obter o crescimento econômico, porque São Paulo era mais branco que outros Estados.

Em termos estatísticos, isso era bastante discutível, porque havia uma população grande de ex-escravos e descendentes de africanos na região. Mas com a migração europeia havia todo esse discurso de que São Paulo estava chegando a um perfil populacional de um Estado moderno e progressista que podia se juntar às demais regiões do mundo ocidental.

Então a branquitude virou uma explicação para entender porque São Paulo se tornou um Estado líder do Brasil. E este momento do Governo Lula é um momento perfeito para renovar o discurso do Nordeste como caso perdido e o Sudeste e o Sul como as regiões que contam no Brasil.

BBC News Brasil - A manutenção das desigualdades regionais é fundamental para que essa mentalidade e essa identidade permaneçam vivas?

Weinstein - Para uma certa tendência política dos Estados do Sul e Sudeste, há uma necessidade de reproduzir esse discurso para manter uma posição decisiva no uso da renda federal e das despesas do governo.

E há algo a ver com a própria identidade das pessoas, especialmente da classe média do Sul e do Sudeste que quer pensar eu estou na classe média porque eu trabalho, eu estudo, etc, eu sou uma pessoa moderna, esforçada e isso, obviamente, não é uma característica só do Brasil. Em qualquer lugar, as pessoas que sobem um pouco na vida criam um discurso de que elas merecem esses privilégios, esses padrões de vida porque trabalham e estudam enquanto os pobres não querem trabalhar nem estudar.

Em geral, os estados que contribuem mais para o governo federal acham que têm mais direitos do que os Estados pobres, que nós que sustentamos o Nordeste devemos ter mais peso no governo que eles, que dependem de nós. Então este raciocínio de Romeu Zema é óbvio, uma coisa muito conhecida, insistindo que o cidadão do Nordeste não deve ter tantos direitos quanto o cidadão do Sul/Sudeste, já que o cidadão do Sul/Sudeste supostamente sustenta o Nordeste. Mas o governo nacional existe justamente para poder lidar com esse tipo de desigualdades, negar isso é de certa forma perder qualquer noção da importância da nação.

Um dado curioso é que nos Estados Unidos, os Estados mais ricos são também os mais democratas, que costumam votar por mais distribuição de renda, o que é contraintuitivo e o oposto do que têm ocorrido no Brasil.

BBC News Brasil - A partir da eleição presidencial de 2006, começamos a ver uma divisão política mais clara entre Nordeste e Sul/Sudeste, com o Nordeste votando mais à esquerda e o Sul e Sudeste mais à direita. Você acha que essa diferença tem incentivado reeleições dessa perspectiva histórica de suposta superioridade sudestina/sulista?

Weinstein - Isso é muito interessante. Apresentei um trabalho justamente sobre o ressentimento regional eleitoral. E você olha para o mapa eleitoral do Brasil, nas duas eleições de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a maioria dos Estados, com raras exceções, deu a vitória a ele. Mesma coisa com o Lula em 2002, o único Estado que não deu a ele a maioria naquele ano foi Alagoas, um Estado nordestino.

Já em 2006, começa o padrão que vai se manter até hoje, uma divisão entre os Estados do Nordeste e o Sul e o Oeste. Então agora Lula ganha as eleições, mas não consegue a maioria em vários Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Isso já estava claro nas eleições de Dilma (Rousseff) também, que a força do PT estava localizada no Nordeste, e o PSDB ganhava no Sul e Sudeste.

Não é que isto seja uma divisão natural, já que não existia nas primeiras eleições do período democrático recente. Mas acontece quando Lula deixa claro que uma grande preocupação do seu governo vai ser aumentar o apoio aos pobres do Nordeste.

E aí se vê que o maior apoio dos nordestinos a Lula produzia o efeito contrário no Sul/ Sudeste e se espalham aquelas mensagens nas redes sociais: faça um favor a um paulista e mate um nordestino, uma coisa muito violenta, brutal. Isso foi obviamente uma reação extrema, mas eu acho que houve um consenso entre certas camadas da sociedade brasileira de que Lula privilegiará as necessidades do Nordeste em detrimento do Sul e do Sudeste.

BBC News Brasil - A senhora mencionou as reações em redes sociais e mais uma vez vimos surgir manifestações separatistas no estilo O Sul é o meu país ou Muro já depois das declarações de Zema. Como interpreta isso?

Weinstein - Houve uma facção do movimento de 1932 que era separatista mesmo, mas era uma minoria entre as lideranças de 32 em São Paulo. Porém, essa

pequena minoria tinha muita influência no discurso. Muitas das imagens que os separatistas criaram acabaram adotadas pelos líderes.

O cartão postal dos separatistas de São Paulo era essa imagem da vaca que estava emagrecendo porque os bebezinhos, que eram os outros Estados, estavam mamando na vaca paulista.

BBC News Brasil - É uma imagem bem próxima à usada pelo governador Zema.

Weinstein - Não há nada de novidade no discurso dele. A essa altura do século 21, a gente gostaria de imaginar que seria impossível publicamente um governador de um Estado do Brasil dizer algo assim. Isso é que é triste, não que seja novo, mas que ele pudesse articular essa imagem ainda hoje.

Ao fazer isso, como governador de Minas, ele está insistindo na identidade sulista de Minas, como uma extensão de São Paulo - ignorando a parte nordestina do seu Estado. E também creio que ele esteja pensando em uma futura candidatura presidencial, em garantir o apoio do Sul e do Sudeste a seu nome.

BBC News Brasil - De que maneira as mulheres se encaixam neste discurso político?

Weinstein - Eu não quero exagerar, mas a ideia de uma mulher que é uma boa cidadã, boa mãe de família, vem muito das imagens da classe média brasileira. Por exemplo, pegue o Bolsa Família - muito previsível que o pessoal no Sul vá dizer que as mulheres nordestinas vão ficar grávidas só para receber mais benefícios, em contraste com a imagem da mulher de classe média, disciplinada, boa mãe de família do Sul/Sudeste do país.

De certa forma, isso vira um discurso que tem a ver com ideologia de gênero. Quem é a mulher que merece respeito e quem é a mulher que não merece respeito? Não quero exagerar a conexão entre o discurso anti-nordestino e o discurso sobre a mulher, mas existe dentro desse discurso uma noção do Nordeste como uma sociedade problemática e dentro deste problema existe a mulher nordestina, que é aquela que não sabe se controlar, não sabe limitar o tamanho da família, não sabe educar os filhos, fazer a família progredir.

BBC News Brasil - Na entrevista que deu ao Estado de S. Paulo, o governador Zema também disse que os Estados do Sul e do Sudeste nunca tiveram peso político equivalente a sua importância econômica. É um erro histórico factual. Mas há um senso de injustiça neste discurso?

Weinstein - Primeiro, é um absurdo. Especialmente durante a Primeira República, São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul foram os três estados que realmente controlavam o governo. Ponto. E durante o governo Vargas, de 1930 a 1945, apesar de Vargas ter vários projetos para incorporar o Nordeste na economia do país, a preocupação com a industrialização e o fato de São Paulo estar bem posicionado para ser o centro industrial do país, a política do Vargas acabou beneficiando mais São Paulo que os outros Estados da União.

Então esta ideia do Sul/Sudeste não ter um peso político igual ao seu papel na economia, pode ser verdade, mas a democracia não funciona com base na produção econômica. A democracia se baseia na ideia de uma pessoa, um voto, não importa a renda. Então esse é um discurso profundamente anti-democrático, dizer que o Estado deve ter mais poder simplesmente por ser mais rico que o outro.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/zema-repete-discurso-de-separatistas-paulistas-de-1932-diz-historiadora-americana,546c4c0a9743d1e3c36cd8a7b15fa4fb9xyvdz5r.html>

Governo amarra a Petrobras (Editorial)

A Petrobras está "no limite do preço marginal" dos combustíveis e qualquer alta dos preços internacionais será repassada ao mercado doméstico. Essa declaração do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em entrevista recente, leva a duas conclusões óbvias. A primeira é o iminente reajuste de gasolina e diesel, diante dos preços aquecidos no mercado externo. A segunda é que a política de preços da Petrobras extrapola os limites da companhia. É uma decisão do governo, atada a interesses políticos.

Desde a extinção da Política de Paridade Internacional (PPI), em maio, ficou clara a ausência de critérios para balizar os preços da Petrobras. Antes, apesar de a fórmula exata não ser conhecida, havia alguma previsibilidade ao atrelar a evolução dos preços domésticos aos padrões do câmbio e das cotações de petróleo e derivados. "Abrasileirar" os preços, como havia prometido o presidente Lula da Silva na campanha do ano passado, significou, afinal, dar ao governo o poder de decidir o momento e a intensidade dos reajustes.

Nos últimos dois meses os preços do petróleo registraram altas consecutivas.

Em julho, o produto do tipo Brent, usado como referência pela Petrobras, subiu mais de 12%. Passa de US\$ 86 o barril e deve continuar subindo.

O Departamento de Energia dos Estados Unidos elevou a previsão de alta do barril neste segundo semestre, como consequência de cortes de oferta por Arábia Saudita e Rússia. Apesar do cenário persistente, o discurso do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, é de que não repassará aos preços essa volatilidade.

O diesel segue inalterado há quase três meses, e a defasagem em relação aos preços internacionais beira os 25%.

Como mostrou reportagem do Estadão, o descasamento eleva o risco de desabastecimento, já que mais de 24% do combustível consumido no País é importado.

A gasolina, depois dos cortes de maio e junho - este último sem impacto ao consumidor, apenas para compensar a reoneração dos **impostos** federais dos combustíveis -, também mantém estáveis os preços.

O freio teve grande contribuição no controle da

inflação e, por tabela, no relaxamento da política monetária, com o início do ciclo de queda de juros.

Trata-se, portanto, de política de governo, apesar da negativa retórica de representantes da empresa e do Executivo.

O detalhe é que, embora o controle acionário seja exercido pela União, o capital privado responde por 63,4% do total de ações da companhia, e a estes investidores a empresa deve transparência e previsibilidade.

O ministro Silveira disse que estava querendo "tranquilizar os investidores" ao reconhecer que a Petrobras está atuando "no limite da competitividade externa". Ora, mas este é um sinal inverso, de clara interferência. Não cabe a ele, ou a qualquer outro integrante do governo, falar sobre o tema. Somente a Petrobras deveria falar pela Petrobras.

O balanço financeiro do segundo trimestre, o primeiro depois do fim da PPI, revelou queda de 47% no lucro da empresa em relação ao mesmo período de 2022, de R\$ 54,3 bilhões para R\$ 28,8 bilhões. Alguns analistas atribuíram o resultado, em parte, à mudança na política de preços. O desconforto é natural, diante de experiências passadas malsucedidas de controle artificial de preços. Tanto a empresa quanto o governo alegam que a Petrobras não está perdendo dinheiro. Não convencem.

O fim da política de paridade também foi uma medida governamental.

"PPI é um verdadeiro absurdo", disse o ministro de Minas e Energia em abril, em entrevista inflamada à Globonews, quando declarou que a política de preços iria mudar. "Vamos exigir, como controladores, que ela (Petrobras) respeite o povo brasileiro", disse. Parecia discursar de um palanque. As ações despencaram de imediato.

A Petrobras foi obrigada a desmentir formalmente o ministro. Estancou momentaneamente a queda na bolsa e se viu livre de uma eventual punição pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que regula e fiscaliza o mercado de ações. Menos de um mês depois, a política de preços de fato mudou, deixando patente quem decide. O nó estatal, que continua a amarrar e limitar a Petrobras, precisa ser desatado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Consórcio Norte/Nordeste já "lucrou" R\$ 123 bi, mas desigualdade persiste

DANIEL WETERMAN LEVY TELES

A atuação dos governadores do Norte e do Nordeste já rendeu muitos recursos para as duas regiões. Desde 2019, quando passaram a atuar em bloco, os 16 Estados conseguiram receber da União R\$ 123 bilhões a mais do que efetivamente arrecadaram em **impostos**.

No mesmo período, Sul, Sudeste e Centro-Oeste contribuíram mais e receberam menos de volta. A conta inclui tudo que o governo federal recolhe de **impostos** e o dinheiro que volta em forma de transferência para Estados e municípios.

Após a criação do Consórcio Nordeste, em 2019, o saldo de recursos para os Estados e municípios da região e do Norte aumentou 15%, enquanto o retorno para Sul, Sudeste e Centro-Oeste caiu 30%.

Os números motivaram o lançamento de uma frente do Sul e do Sudeste para se contrapor ao Nordeste, como anunciou o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), em entrevista ao Estadão. O objetivo, disse o mineiro, é, pela primeira vez, atuar politicamente para evitar que essa política "se perpetue".

Norte e Nordeste recebem mais como forma de compensar as desigualdades históricas da população. E por que Norte e Nordeste seguem concentrando os piores indicadores do País? Especialistas afirmam que o dinheiro é repassado sem avaliação e critérios técnicos, com distorções dentro da própria região.

Agora, Sul e Sudeste querem uma nova divisão do bolo.

O Nordeste se manteve com o menor rendimento médio mensal domiciliar per capita no País, R\$ 1.011, em 2022, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os 50% mais pobres da região sobreviviam com R\$ 348 mensais.

O analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais também é maior na região (11,7%) do que em outras. Já o Norte tem o menor índice de saneamento básico com domicílios ligados à rede de esgoto (38%).

Para se ter ideia das diferenças, o Nordeste arrecadou R\$ 166 bilhões em **impostos** federais no ano passado e recebeu quase R\$ 200 bilhões em recursos da União. O Sudeste, com uma arrecadação muito maior, em função do que é produzido na região, repassou R\$ 1,5 trilhão e ganhou R\$ 191 bilhões de volta, menos do que o dinheiro enviado ao Nordeste.

CRITÉRIOS. A situação é histórica.

Até a vinda da família real para o Brasil, no início do século 19, a economia nacional se concentrava no Nordeste. Mas, depois, houve um deslocamento para o Sudeste, com a capital se instalando no Rio, as indústrias se estabelecendo na região e os movimentos migratórios.

A criação de Brasília, a nova capital, no Centro-Oeste, e uma série de fundos para repassar recursos para Norte, Nordeste e Centro-Oeste na sequência - consolidados na Constituição de 1988 - tentaram corrigir essa concentração.

"As desigualdades existem, o objetivo do Estado brasileiro é reparar as desigualdades e jamais repararia se houvesse uma transferência proporcional", disse Everardo Maciel, consultor tributário e ex-secretário da Receita. Ele defende o princípio, mas diz que, na prática, o que é feito tem muitos "equivocos", impedindo o desenvolvimento das regiões mais pobres.

Entre as distorções, Everardo Maciel aponta o fato de os critérios de distribuição serem constantes no Fundo de Participação dos Estados (FPE), e não dinâmicos de acordo com a renda e a população, além de o dinheiro ser entregue sem planejamento e um projeto arrojado de desenvolvimento regional.

O FPE define quanto cada um recebe de recursos federais.

São Paulo, com 20% da população, recebe 1,16%. Maranhão, com 3% da população, tem 6,67% do fundo. "O que o Brasil não tem é planejamento, inclusive de desenvolvimento regional. Não tem como corrigir a desigualdade com critério estático. E os fundos regionais hoje não valem nada, servem para aumentar a desigualdade social", afirmou o ex-

secretário.

Os únicos Estados que não recebem mais do que arrecadam no Norte e no Nordeste são Bahia, Ceará e Amazonas.

"Em termos de distribuição de recursos, os valores dos **tributos** federais são arrecadados no Sudeste e Sul e voltam mais para o Nordeste, considerando as regras de população e renda.

Esse é o modelo constitucional de redistribuir recursos", destacou o consultor de orçamentos da Câmara Ricardo Volpe. "Municípios maiores e capitais recebem mais. Para resolver, outras cidades deveriam ser beneficiadas com infraestrutura e serviços." **DEPENDÊNCIA.** As transferências fizeram com que Norte e Nordeste se tornassem mais dependentes dos repasses federais.

Nesses Estados, de 30% a 70% da arrecadação vem da União, enquanto Sul e Sudeste ficam abaixo dos 30%. O dinheiro dos fundos constitucionais é operado por bancos públicos comandados por apadrinhados de líderes políticos dessas localidades.

Em 2019, o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas fez um pente-fino nos fundos regionais em um período de dez anos e concluiu que o repasse para Norte e Nordeste favorece as cidades de alta renda e estagnadas na economia, em detrimento das áreas de renda baixa e que poderiam se desenvolver, se concentrando em poucas localidades. Ou seja, é uma desigualdade dentro das próprias regiões. O trabalho foi realizado por técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A microrregião de Fortaleza ocupou o primeiro lugar no ranking de recursos recebidos do fundo do Nordeste entre 2007 e 2017, enquanto os municípios dos Lençóis Maranhenses (MA), com população mais pobre, ficaram na 188.^a posição.

"O Fundo de Participação dos Estados é para equalizar receita per capita. Os fundos constitucionais seriam para isso, mas são mal avaliados", observou Josué Pellegrini, ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado e economista na Warren Brasil.

Separando apenas os municípios de alta renda, há uma concentração ainda maior dentro desse grupo, com 76,1% dos empréstimos em Fortaleza, Salvador e Recife. Outro apontamento da avaliação: o governo não é eficiente para monitorar e avaliar se, de fato, o dinheiro está reduzindo as desigualdades regionais, como determina a Constituição.

"As regiões Norte e Nordeste não conseguem atrair adequadamente investimentos porque têm uma concentração populacional menor e condições socioeconômicas diferentes", disse Juliana Inhasz, do Insper.

"Se o governo não auxiliar gerando incentivos, vai inchar cada vez mais os centros urbanos de Sul e Sudeste a ponto que a coisa começa a se deteriorar." Cada fonte de recurso do governo federal tem uma regra diferente, o que acaba dificultando o equilíbrio e motivando a disputa entre governadores.

No Sudeste, o Rio leva 21,2% dos royalties do petróleo de todo o País, por ser um Estado produtor, enquanto Minas Gerais tem 0,09%. "O Zema não deveria estar brigando com o Nordeste, deveria brigar com o Rio. Minas tem um grande problema previdenciário e recebe uma migalha", disse o economista Raul Velloso.

Em relação às emendas parlamentares, recursos indicados por congressistas para seus redutos eleitorais, também há desigualdade. O Nordeste foi a região mais beneficiada por emendas, com R\$ 35 bilhões entre 2019 e 2022, um terço do total. Junto com o Norte, o bloco ficou com quase metade do dinheiro indicado por políticos no País (48%).

*

"O que o Brasil não tem é planejamento, inclusive de desenvolvimento regional. Não tem como corrigir a desigualdade com critério estático"

Everardo Maciel Ex-secretário da Receita

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Fazenda discutirá com AGU "despedalada" de precatórios

Idiana Tomazelli

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) deve discutir na próxima semana com o ministro Jorge Messias, da AGU (Advocacia-Geral da União), a estratégia do governo para "despedalar" as dívidas judiciais represadas por uma emenda constitucional aprovada no governo Jair Bolsonaro (PL).

Como revelou a Folha, o governo estuda incluir em uma PEC (proposta de emenda à Constituição) a possibilidade de classificar parte dos chamados precatórios como despesa financeira. A medida permitiria ao Executivo ampliar os pagamentos sem estourar os limites do novo arcabouço fiscal, nem precisar mudar as metas fiscais já sinalizadas pela equipe econômica.

A proposta é vista por críticos como manobra para destravar esses gastos sem evidenciar a piora nas estatísticas fiscais, em uma espécie de reedição da contabilidade criativa adotada em gestões anteriores do PT. Autoridades do governo, porém, rejeitam o rótulo de manobra e dizem que a iniciativa é uma "despedalada" diante do estrago deixado por Bolsonaro.

Haddad traçou como objetivos da política fiscal zerar o déficit primário em 2024 e alcançar um superávit de 1% do PIB até 2026. O resultado primário desconsidera despesas financeiras, como os juros da dívida pública - daí a ideia do governo de propor a reclassificação dos precatórios.

O governo tem constantemente reforçado a intenção de zerar o déficit para o ano que vem, sobretudo em um momento em que diferentes agências de classificação de risco melhoram a avaliação do Brasil com base no compromisso fiscal. Ao mesmo tempo, a equipe econômica vê uma janela para regularizar o esqueleto e evitar uma bola de neve dessas sentenças no futuro.

Segundo um interlocutor, estimativas recentes da Fazenda indicam que, após uma "bolha de condenações" contra a União, o fluxo de novas dívidas judiciais deve arrefecer nos próximos anos, convergindo para valores mais próximos do limite criado para essas despesas e que vigora desde 2022.

Os cálculos apontam que o excesso em relação ao teto de precatórios deve ficar entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões, menos do que os valores atuais de quase R\$ 30 bilhões adiados a cada ano. Na sexta-feira passada (4), o próprio ministro da Fazenda citou números semelhantes.

O governo vê nesse cenário uma "janela de oportunidade" para regularizar o pagamento das dívidas judiciais antes de 2027, quando termina a vigência da PEC dos Precatórios.

A ideia é manter o pagamento do fluxo dentro dos limites e dar um "tratamento específico" para o que for quitado acima do subteto (incluindo nessa parcela as novas sentenças excedentes e o estoque represado).

Dessa forma, parte do gasto com precatório continuaria dentro do arcabouço e da meta, enquanto outra parte viraria despesa financeira - sem ocupar espaço de outras políticas nem piorar o resultado primário, embora continue afetando as contas públicas ao impulsionar o endividamento do país.

A intenção de propor uma solução para o problema dos precatórios foi bem recebida entre economistas fora do governo e membros da classe política, ouvidos sob reserva. Resolver com antecedência um problema contratado para 2027 é considerado positivo.

Relatório do Tesouro previu que a fatura poderia chegar a R\$ 200 bilhões. Já o Ministério do Planejamento e Orçamento emitiu um alerta de que a regularização das dívidas judiciais em 2027 pode deixar todos os órgãos sem dinheiro para despesas básicas para custeio da máquina e investimentos.

A controvérsia está no formato cogitado pela Fazenda para a "despedalada" dos precatórios.

As despesas financeiras incluem hoje o pagamento de juros a investidores e o resgate de títulos da dívida pública. São diferentes das despesas primárias, que ajudam a promover os serviços públicos e incluem gastos com pessoal, benefícios sociais, custeio da máquina e boa parte dos investimentos.

Como os precatórios são passivos que envolvem folha de pagamento, benefícios previdenciários ou ações de custeio, eles também são considerados despesa

primária. A única diferença é que foram reivindicados pela via judicial.

Técnicos com experiência na gestão fiscal, hoje fora do governo, avaliam que reclassificar os precatórios por meio de uma PEC é inadequado.

Outras despesas carregadas de um ano para outro, como investimentos de grandes obras, não deixam de ser gasto primário só porque formaram um estoque. Tecnicamente, são os chamados restos a pagar, que entram nos limites do atual teto de gastos, ficarão sob o novo arcabouço e são contabilizados no resultado primário.

Outra ala defende a ideia em estudo pelo governo. O economista Jose Roberto Afonso, professor do IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa) e um dos pais da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), afirma que a classificação do precatório deveria ser segregada.

Segundo ele, parte da despesa é de fato primária (corresponde a um pagamento de pessoal ou benefício, por exemplo), mas a parcela de encargos e atualização monetária deveria ser considerada gasto financeiro.

"Digamos que, há dez anos, se pagaram R\$ 10.000 de gratificação para um juiz. No Orçamento, entrou como gasto de pessoal. O juiz recorre à Justiça, alegando insalubridade, e diz que o salário deveria ser R\$ 12 mil. Isso leva anos tramitando, até que o STF reconhece que ele tem razão e emite um precatório. Mas aí, digamos, o valor devido já virou R\$ 19 mil, sendo R\$ 2.000 da diferença salarial e mais R\$ 7.000 de atualização monetária e juros. Embora o precatório seja no valor de R\$ 9.000, eu defendo que apenas R\$ 2.000 são gasto primário", exemplifica Afonso.

Afonso reconhece a existência de obstáculos operacionais para separar os componentes do precatório na classificação de despesas, mas afirma que o avanço da digitalização dos processos judiciais facilita essa tarefa de identificar o valor original e apartá-lo dos encargos.

Vinícius Torres Freire O colunista está em férias.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50365&maxTouch=0&anchor=6481431&pd=a1240db97d510f5f6e723378f1039c11>

Corte ameaça estratégia de Lula, alerta Itamaraty

O Itamaraty está preocupado com o corte de 8% em suas despesas discricionárias, proposto pelo Ministério do Planejamento para o Orçamento de 2024. A avaliação é que a redução, que totaliza R\$ 171 milhões na comparação com este ano, vai prejudicar a estratégia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de "relançar" o Brasil no cenário internacional, uma das prioridades de seu terceiro mandato.

Em ofício encaminhado na semana passada à ministra do Planejamento, Simone Tebet, o chanceler Mauro Vieira detalha os principais planos da pasta para o ano que vem e pede um incremento de R\$ 886 milhões na disponibilidade de recursos para 2024. Segundo ele, o orçamento autorizado para este ano (R\$ 2,154 bilhões) já é insuficiente, sendo todo comprometido com as despesas correntes.

O ministro ressalta que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) representa 0,09% do Orçamento Geral da União (OGU) e que os cortes propostos representariam muito pouco em termos de esforço fiscal, mas "com efeitos limitadores importantes sobre a política externa brasileira".

"É importante registrar que as economias obtidas com as variadas medidas de melhoria de gerenciamento empreendidas pelo MRE para a redução de custos e a otimização das despesas na rede de postos no exterior não se mostram suficientes para adequar-se aos limites definidos pela SOF (Secretaria de Orçamento Federal)", informa o documento, ao qual o Valor teve acesso.

Vieira lembra que o Brasil vai assumir posições importantes na cena global em 2024, com destaque para a presidência do G20, que será assumida em novembro.

Somente o exercício da presidência rotativa do grupo que reúne grandes economias do mundo, de acordo com o ofício, representará um custo de R\$ 104 milhões.

O ministro também cita que o país assumirá a presidência do Fórum Ibas, que reúne Brasil, Índia e África do Sul, e "envidará esforços para a reconstrução da integração sul-americana". Vieira menciona uma participação ativa em reuniões da Celac e a promoção de uma reforma no Conselho de Segurança das

Nações Unidas, entre outras frentes que o Brasil quer encabeçar na cena internacional.

O chanceler justifica o pedido de incremento orçamentário com planos do Itamaraty para a ampliação da rede consular em 2024. Estão previstas a abertura de embaixada do Brasil em Ruanda e a reabertura das embaixadas em São Vicente e Granadinas e Serra Leoa, além da instalação de um escritório da Agência Brasileira de Cooperação junto à União Africana em Adis Abeba, na Etiópia.

O Ministério do Planejamento e Orçamento informou aos ministérios sobre os valores de que devem dispor no ano que vem para despesas discricionárias. As pastas têm direito a pedir mais recursos, desde que justifiquem os motivos. Os pedidos serão analisados e podem ou não ser atendidos. É um fluxo natural da elaboração da proposta orçamentária, que será enviada pelo governo ao Congresso até o dia 31. Procurada na noite de ontem, a pasta não se manifestou.

O Itamaraty alega que quase 80% das despesas correntes são executadas em dólar e euro e que a **inflação** que atingiu boa parte do mundo desenvolvido puxou para cima os custos com aluguéis, movimentação de servidores e salários de colaboradores locais.

Para reduzir as despesas com aluguéis, a programação da pasta para o próximo ano considera a compra de um imóvel em Nova York, ao custo de R\$ 320 milhões. De acordo com o ofício, seriam acomodadas no local a missão brasileira na ONU, o consulado-geral e o escritório financeiro do país na cidade. "O preço de aquisição seria amortizado em 16 anos", informou o Itamaraty, considerando o que é pago atualmente em aluguéis para esses órgãos.

Orçamento autorizado para este ano já é insuficiente, afirma Mauro Vieira

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187628?page=1§ion=1>

Deflação acrescenta riscos para o crescimento chinês (Editorial)

A China frustrou as expectativas de desempenho econômico, que eram grandes logo após ter abandonado as rígidas medidas preventivas contra a covid-19. O crescimento registrado no segundo trimestre do ano reduziu-se a 0,8% sobre o trimestre anterior, ante 2,2% no primeiro. Mesmo com a previsão de expansão de 5,5% para o ano, a menor em muito tempo, surgiram dúvidas de que seja alcançada.

Depois de um Produto Interno Bruto (**PIB**) modesto, vieram mais um recorde de desemprego entre os jovens (21,3%) em junho, deflação em julho (-0,3%) e quedas de dois dígitos no comércio externo, tanto de exportações como importações. Estouro de bolha imobiliária, baixo consumo, crescimento menor e **inflação** negativa são sinais de que a economia aproxima-se de um ponto morto com altos desequilíbrios.

A China está ficando sem motores de crescimento. Nas ocasiões em que teve de enfrentar problemas na economia, as autoridades do Partido Comunista lançaram sucessivos e bilionários estímulos à infraestrutura, que relançaram as atividades. Ainda que possam fazê-lo novamente, o governo agora pensa duas vezes antes de usar os mesmos incentivos.

A enorme bolha dos imóveis, agigantada por pacotes anteriores, estourou há dois anos com a falência da Evergrande e o espetacular endividamento das maiores incorporadoras, estancando um setor que produzia algo entre um terço e um quarto de um **PIB** de US\$ 18 trilhões.

O governo chinês sabe que colocar mais dinheiro em empresas debilitadas pouco ajudará. O que está fazendo é consertar a bagunça que ajudou a dar origem à bolha. Os governos regionais financiaram por veículos próprios a expansão imobiliária e a compra de terrenos pelas incorporadoras, empilhando papéis de valores duvidosos que somam US\$ 9 trilhões, metade do **PIB**. Já há algum tempo, Pequim troca títulos dos governos regionais para injetar dinheiro nos caixas depauperados pelo estouro da bolha. A medida visa mais a manter à tona as empresas do setor e evitar falências em massa do que impulsionar o crescimento.

A via de expansão do mercado interno parece

bloqueada.

Aumento do consumo e salários foi a alternativa apresentada pelo PC chinês para mudar o modelo de desenvolvimento anterior, baseado nas exportações e nos investimentos em infraestrutura. Até hoje, porém, essas mudanças não foram significativas, enquanto que a ênfase nos investimentos prosseguiu, criando excesso de capacidade em vários setores e tornando-os menos lucrativos. O esperado aumento sustentado do consumo após a pandemia não aconteceu. Os chineses tornaram-se reticentes após verem sua principal fonte de poupança, os imóveis, perderem valor ou se transformarem em prejuízo, depois de serem pagos e não entregues por construtoras inadimplentes. E, ao contrário do que ocorreu nos países desenvolvidos e outros emergentes, como o Brasil, os efeitos da pandemia na economia não foram compensados por grandes pacotes de injeção de renda para as famílias e empresas. O orçamento doméstico dos consumidores chineses foi estressado pelas severas quarentenas em várias das principais cidades do país, período no qual a renda decaiu, sem ingresso de recursos do trabalho.

Com investimentos privados estagnados no primeiro semestre (-0,2%), consumo amortecido e queda da produção industrial por quatro meses consecutivos, o comércio exterior, outra tradicional fonte de impulso ao crescimento chinês, perdeu dinamismo. Em julho, as exportações declinaram 14,5% e as importações, 12,4%. Vários fatores agiram desfavoravelmente. Os países desenvolvidos estão crescendo menos devido à escalada sincronizada dos juros e demandam menos produtos chineses. As sanções americanas contra a China não só reduziram suas vendas para os EUA como diminuíram também suas importações dos EUA, pelas restrições de comercialização de tecnologia e equipamentos sensíveis. Em julho, a queda das exportações da China foram puxadas pelo recuo das vendas aos EUA (-23,1%).

As cotações das commodities estão em queda e explicam boa parte do recuo do comércio chinês. A redução de 12,4% nas vendas externas se deve mais à queda de preço (mais de 10%) do que a do volume (pouco menos de 2%). O mesmo vale para a importação. Os preços do petróleo caíram 12%, enquanto o volume importado cresceu na mesma magnitude, por exemplo. O efeito preço foi

preponderante.

A reunião do Politburo do PC no fim de julho não anunciou medidas fortes para revigorar a economia e boa parte dos especialistas não acredita que isso vá ocorrer no futuro. O governo, porém, ainda tem vários trunfos. É um dos menos endividados do mundo e a enorme dívida dos governos regionais é devida a bancos estatais e pode ser reciclada, dependendo apenas de uma decisão política. A lenta recuperação chinesa, nesse contexto, só pode ser acelerada com injeção do consumo, mas pacotes amplos e arrojados de estímulos aos gastos das famílias, ao contrário dos muitos destinados aos investimentos, nunca foram lançados. Pode ser a hora.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187628>